

Livro Eletrônico

www.igepp.com.br

Prof. Rafael Barbosa

ÉTICA E INTEGRIDADE

**[Concurso Público Nacional Unificado
2024]**

Governança pública e sistemas de governança
(Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017)



CONTEÚDO

Apresentação.....	3
Introdução	4
Governabilidade	5
Exercícios.....	11
Exercícios Comentados	17
Governança	30
Conflito de Agência.....	30
Exercícios.....	33
Exercícios Comentados	37
Definições de Governança Pública.....	47
Benefícios da boa governança	51
Exercícios	53
Exercícios comentados.....	54
Mecanismos de Governança	57
Exercícios	61
Exercícios comentados.....	64
Princípios da Governança Pública	68
Exercícios	73
Exercícios comentados.....	76
Instâncias de Governança	82
Exercícios	83
Exercícios comentados.....	85
Decreto nº 9.203/2017 - Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional	88
Exercícios.....	106
Exercícios comentados.....	112

PRINCÍPIOS DE GOVERNANÇA PÚBLICA

APRESENTAÇÃO

Prezados estudantes, terei a honra de guiá-los por esta imersiva jornada pelo mundo da governabilidade e governança na administração pública federal. Estes conceitos possuem uma crescente importância em nosso cenário político e administrativo atual, especialmente para aqueles que almejam a aprovação em concursos públicos.

Ao falar de governabilidade e governança, não estamos apenas tratando de palavras bonitas ou jargões do meio político. Estamos falando de princípios essenciais que garantem que nosso sistema administrativo opere de forma eficiente, transparente e, sobretudo, em prol do bem comum.

E o que o Decreto nº 9.203/2017 tem a ver com tudo isso? Ah, tudo! Ele é um marco na definição e consolidação da política de governança da administração pública federal, estabelecendo diretrizes claras que orientam desde a tomada de decisão até a implementação de políticas públicas. Em resumo, é uma ferramenta poderosa que busca garantir que a máquina pública trabalhe da melhor forma possível para todos nós.

Nesta apostila, nos aprofundaremos nos principais aspectos deste Decreto, desvendando seus artigos e interpretando suas implicações práticas. Mas, não se preocupe! Não se trata de um mergulho frio e técnico na legislação. Vamos abordar cada tema de maneira didática, associando a teoria à prática, com exemplos claros e, sempre que possível, com base em questões de provas anteriores.

Entender estes conceitos e dominar o Decreto nº 9.203/2017 é fundamental para quem deseja compreender a dinâmica atual da administração pública e, é claro, para quem busca uma vaga em concursos que testam este conhecimento.

Portanto, se você está pronto para embarcar nessa aventura e desvendar os segredos da governabilidade e governança no contexto da administração pública federal, pegue sua caneta, seu caderno de anotações e vamos juntos nesta incrível jornada!

Grande abraço!

Rafael Barbosa

INTRODUÇÃO

No complexo cenário da administração pública brasileira, dois termos têm se destacado nos debates atuais: governabilidade e governança. Embora distintos, são complementares e cruciais para a eficácia do nosso sistema administrativo.

A governabilidade refere-se à capacidade política de um governo de administrar seu território e seus cidadãos, mantendo estabilidade e legitimidade. Já a governança envolve as práticas, processos e sistemas pelos quais uma organização é dirigida, controlada e monitorada, garantindo a tomada de decisões eficientes, éticas e transparentes.

A convergência desses dois conceitos é vital para garantir uma gestão pública eficiente e voltada para o bem comum. E é exatamente aqui que entra o Decreto nº 9.203/2017. Esse decreto estabelece diretrizes para a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, servindo como um guia para assegurar que o governo federal opere sob princípios de eficiência, responsabilidade e transparência.

Enquanto governabilidade e governança definem o "o que" e o "como" da administração pública, o Decreto nº 9.203/2017 fornece o arcabouço normativo para garantir que tais princípios sejam postos em prática da melhor maneira possível.

Características	Governabilidade	Governança
Definição	Refere-se à capacidade política de um governo de administrar seu território e seus cidadãos, mantendo estabilidade e legitimidade.	Envolve as práticas, processos e sistemas pelos quais uma organização é dirigida, controlada e monitorada.
Foco	Estabilidade política, relação entre Estado e sociedade, legitimidade.	Eficiência na gestão, transparência, ética, e responsabilidade na tomada de decisão.
Origem da Legitimidade	Provém da representatividade e do respaldo da sociedade.	Origina-se de práticas administrativas transparentes, participativas e éticas.
Resultados esperados	Estabilidade política, manutenção da ordem, e satisfação da população.	Efetividade das políticas públicas, responsabilização (accountability), e entrega de resultados.

GOVERNABILIDADE

Governabilidade refere-se à capacidade política de um governo de exercer sua autoridade, mantendo uma relação de legitimidade com a sociedade. Está intrinsecamente relacionada às condições sistêmicas em que o poder é exercido em uma sociedade, englobando aspectos como a forma de governo, as relações entre os poderes e os sistemas partidários.

Está vinculada ao grau de institucionalização do sistema político, concentrando-se nas condições para o exercício da autoridade política.

A legitimidade, central para a governabilidade, é a aceitação e reconhecimento de uma ordem política e depende das crenças e opiniões subjetivas da população.

Em sua essência, a governabilidade diz respeito ao direito de governar, à forma como as instituições de governo operam efetivamente e são vistas como legítimas pela cidadania.

Em questões de provas anteriores, a Fundação Getúlio Vargas (2022) relacionou a definição de governabilidade da seguinte forma:

- Refere-se às condições substantivas e materiais de exercício do poder e de legitimidade do Estado e do seu governo, decorrentes de sua postura diante da sociedade civil e do mercado.
- Concebe-se como a autoridade política do Estado em si, sua capacidade para agregar os múltiplos interesses dispersos pela sociedade e apresentar-lhes um objetivo comum para os curto, médio e longo prazos.
- Capacidade política para legitimar as políticas públicas do país.

Leitura complementar

Em concurso recente realizado pela banca **CEBRASPE** (SEPLAN-RR - Analista de Planejamento e Orçamento - Especialidade: Planejamento e Orçamento, 2023), foi apresentado o seguinte texto sobre o tema Governabilidade:

"A governabilidade refere-se à capacidade política de governar, que deriva da relação de legitimidade do Estado e do seu governo com a sociedade. Está presente quando a população legitima o exercício do poder pelo Estado. A legitimidade, nesse contexto, deve ser entendida como a aceitação do poder do governo ou do Estado pela sociedade.

Nesse sentido, os cidadãos e a cidadania organizada são a fonte ou a origem principal da governabilidade, ou seja, é a partir deles (e de sua capacidade de articulação em partidos, associações e demais instituições representativas) que surgem e se desenvolvem as condições para a governabilidade plena.

Vinculada à dimensão estatal, governabilidade diz respeito às condições sistêmicas e institucionais sob as quais se dá o exercício do poder, tais como as características do sistema político, a forma de governo, as relações entre os poderes, o sistema de intermediação de interesses. Representa, assim, um conjunto de atributos essenciais ao exercício do governo, sem os quais nenhum poder pode ser exercido.

Há três dimensões inerentes ao conceito de governabilidade: capacidade do governo de identificar problemas críticos e de formular políticas adequadas ao enfrentamento desses problemas, capacidade de mobilizar meios e recursos necessários à execução e à implantação das políticas públicas e capacidade de liderança do Estado, sem a qual as decisões se tornam ineficientes. A governabilidade, então, significa que o governo deve tomar decisões amparadas em um processo que inclua a participação dos diversos setores da sociedade, dos poderes constituídos, das instituições públicas e privadas e dos segmentos representativos da sociedade, para garantir que as escolhas atendam aos anseios da sociedade e contem com seu apoio na implementação de programas e projetos e na fiscalização dos serviços públicos.

Sob esse enfoque, significa a participação dos diversos setores da sociedade nos processos decisórios que dizem respeito às ações do poder público, uma vez que incorpora a articulação do aparelho estatal ao sistema político de uma sociedade, ampliando o leque possível e indispensável à legitimidade e ao suporte das ações governamentais em busca de sua eficácia.

Em resumo, governabilidade refere-se às condições do ambiente político em que se efetivam ou se devem efetivar as ações da administração, à base de legitimidade dos governos, à credibilidade e à imagem públicas da burocracia. Desse modo, o desafio da governabilidade consiste em conciliar os muitos interesses desses

atores (na maioria, divergentes) e reuni-los em um objetivo comum (ou em vários objetivos comuns) a ser perseguido por todos. Assim, a capacidade de articular-se em alianças políticas e pactos sociais constitui-se em fator crítico para a viabilização dos objetivos do Estado. Essa tentativa de articulação que a governabilidade procura é uma forma de intermediação de interesses.

Thiago Antunes da Silva.

Conceitos e evolução da administração pública: o desenvolvimento do papel administrativo, 2017.

Internet: <www.online.unisc.br> Texto (com adaptações)."

Crise de Governabilidade no Governo Dilma Rousseff

Em razão de o tema ter sido abordado em prova realizada pela Fundação Getúlio Vargas, há de se reconhecer que merece uma análise panorâmica, de modo a permitir o estabelecimento da relação entre a governabilidade e a realidade política do Brasil.

Durante o segundo mandato de Dilma Rousseff (2015-2016), o Brasil enfrentou uma de suas crises políticas mais severas na era democrática recente. Esta crise teve múltiplas facetas, que, combinadas, reduziram consideravelmente a capacidade da presidente de governar de maneira eficaz:

- **Crise Econômica:** O país entrou em recessão, enfrentando uma contração do PIB, aumento do desemprego e inflação. Essa crise econômica minou a popularidade do governo e ampliou as críticas da oposição e dos setores empresariais.
- **Lava Jato:** A Operação Lava Jato, uma investigação sobre corrupção em larga escala, especialmente em torno da Petrobras, levou à prisão de muitos políticos e empresários de alto perfil. Isso não apenas erodiu a confiança na classe política como um todo, mas também atingiu diretamente a base de apoio de Rousseff.

- **Desentendimentos com o Congresso:** O governo Rousseff enfrentou crescentes desafios para obter a aprovação de medidas no Congresso Nacional. Aliados tradicionais, como o PMDB, começaram a se distanciar, tornando ainda mais difícil a passagem de legislação fundamental para o ajuste fiscal e outras reformas propostas pelo governo.
- **Protestos Massivos:** Grandes protestos populares eclodiram em várias cidades, muitos dos quais pedindo o impeachment da presidente. Esses protestos, em parte, foram alimentados pela insatisfação com a economia e os escândalos de corrupção, mas também indicavam uma falta de apoio popular.
- **Impeachment:** Em 2016, um processo de impeachment foi aberto contra Rousseff, culminando em sua remoção do cargo em agosto daquele ano. A base para o impeachment foi a alegação de "pedaladas fiscais" - atrasos no repasse de fundos para bancos estatais, configurando operações de crédito entre o Tesouro e os bancos, o que é proibido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Este contexto de crise econômica, escândalos de corrupção, falta de apoio no Congresso e protestos populares formou um cenário de crise de governabilidade, no qual o governo Rousseff encontrou enormes dificuldades para implementar sua agenda e manter a estabilidade política.

SINTETIZANDO

Definição Principal:

- Capacidade política de um governo de administrar seu território e seus cidadãos, mantendo estabilidade e legitimidade.

Componentes Chave:

- **Estabilidade Política:** Habilidade do governo de manter-se estável, sem crises frequentes ou rupturas institucionais.
- **Legitimidade:** Reconhecimento e aceitação, por parte da

sociedade, da autoridade do governo.

- **Relação Estado-Sociedade:** A maneira como o governo interage e se relaciona com a sociedade civil.

Fatores que Influenciam:

- Representatividade: Grau em que os eleitos ou governantes representam de fato os interesses da população.
- Respaldo Social: Apoio e confiança que a sociedade deposita nos órgãos de governança.
- Infraestrutura Institucional: Estrutura e eficiência das instituições políticas do país.

Resultados Esperados:

- Estabilidade da ordem social e política.
- Satisfação e bem-estar da população.
- Confiança no sistema político.

Desafios:

- Superar crises políticas e econômicas.
- Garantir que as necessidades e demandas da sociedade sejam atendidas.
- Manter e fortalecer a legitimidade ao longo do tempo.

EXERCÍCIOS

1 CEBRASPE/2019

Acerca da evolução das abordagens da administração e sua aplicação à administração pública brasileira, julgue o item que segue.

Governabilidade consiste na capacidade absoluta de governar independentemente de apoio popular ou político.

2 FGV/2018/Q996017

“Os dados disponíveis no Basômetro demonstram que a presidente Dilma Rousseff tem enfrentado maiores dificuldades na articulação de interesses do governo junto ao Congresso, especialmente na Câmara, em comparação aos governos FHC e Lula. Alguns de seus aliados atribuem tal problema ao fato de a presidente fazer pouca interlocução política.” O trecho apresentado, retirado do site do “Estadão”, representa um problema relacionado com o conceito de:

- A) governabilidade;
- B) governança;
- C) jurisdição;
- D) economia;
- E) legalidade.

3 CEBRASPE/2022/Q2585853

Governabilidade se refere à forma como os recursos econômicos e sociais são administrados para promover o desenvolvimento.

4 CEBRASPE/2022/Q2353476

Com relação aos conceitos de governança e governabilidade, julgue os itens subsequentes.

Governabilidade refere-se ao dever do governo de tomar decisões amparadas pelo exercício do poder e pela legitimidade do Estado e do governo.

5 CEBRASPE/2022/Q2353475

Com relação aos conceitos de governança e governabilidade, julgue os itens subsequentes.

Não governabilidade é sinônimo de ingovernabilidade e relaciona-se com a soma de uma crise econômica com uma crise de não atendimento em razão de excesso de demandas da sociedade.

6 CEBRASPE/2021

Com relação a governança, governabilidade e accountability, julgue o item subsecutivo.

Governabilidade refere-se tanto à gestão de instituições governamentais quanto a mecanismos formais não governamentais e seus efeitos sobre a conduta das pessoas.

7 CEBRASPE/2019

O Oriente Médio é a região de confluência de três continentes (Europa, Ásia e África), berço das primeiras civilizações (egípcia, suméria e babilônica) e das religiões monoteístas (cristianismo, judaísmo e islamismo). Além de rivalidades interimperialistas no passado, com tentativas tardias de renascimento e modernização, a região foi alvo de rivalidades também das megacorporações petrolíferas. Além disso, em pequenos Estados fracos — de fácil controle —, essa região foi afetada pela fragmentação promovida pelos ingleses e, em menor escala, pelos franceses. No século XXI, voltou a ser palco de disputas entre potências industrializadas do Atlântico Norte e em acelerada industrialização da Ásia Oriental e Meridional. Esse conjunto de países abrange o essencial do mundo árabe e muçulmano, interagindo em um único cenário histórico e geopolítico.

Paulo Fagundes Visentini. O grande Oriente Médio. Campus, 2014, p. 4-5 (com adaptações).

Tendo como referência o assunto abordado no texto, julgue o item a seguir, dentro de um contexto geopolítico contemporâneo.

A estabilidade da governabilidade venezuelana tem como resultado a legitimidade do poder social de oposição.

8 CEBRASPE/2022

A respeito de transparência, accountability e representação social, julgue o item subsequente.

A representação social por meio de sindicatos é uma estratégia para promover simultaneamente a transparência e a governabilidade do Estado.

9 CEBRASPE/2020

Julgue o item a seguir, a respeito de governabilidade e governança e mudanças institucionais no âmbito do Estado.

Governabilidade refere-se ao conjunto de elementos que determinam a capacidade de gestão da administração pública, baseando-se, portanto, no conceito de efetividade.

10 CEBRASPE/2018

Com referência à reforma do Estado e à administração pública gerencial, julgue o item subsequente.

Os problemas de governabilidade decorrem do excesso de democracia e do peso exagerado das demandas sociais.

11 FGV/2022

A respeito dos conceitos de governabilidade e governança em um contexto democrático, relacione corretamente essas categorias a seus respectivos atributos.

1. Governabilidade

2. Governança

() Refere-se às condições substantivas e materiais de exercício do poder e de legitimidade do Estado e do seu governo, decorrentes de sua postura diante da sociedade civil e do mercado.

() Entende-se como a formulação e implementação das políticas de um governo para a consecução das metas coletivas que compõem o seu programa, legitimado pelas urnas.

() Concebe-se como a autoridade política do Estado em si, sua capacidade para agregar os múltiplos interesses dispersos pela sociedade e apresentar-lhes um objetivo comum para os curto, médio e longo prazos.

() Apoiar-se nos agentes públicos ou servidores do Estado que possibilitam a formulação e implementação das políticas públicas e representam o Estado diante da sociedade civil e do mercado.

Assinale a opção que estabelece a relação correta, na ordem apresentada.

A 1, 2, 2 e 1.

B 2, 1, 1 e 2.

C 1, 1, 2 e 1.

D 1, 2, 1 e 2.

E 2, 2, 1 e 1.

12 CEBRASPE/2021

A respeito de administração pública, julgue o item a seguir.

A governabilidade de um Estado depende de sua governança, ou seja, só há governabilidade se houver governança.

CEBRASPE/2023

Texto CB1A1

A governabilidade refere-se à capacidade política de governar, que deriva da relação de legitimidade do Estado e do seu governo com a sociedade. Está presente quando a população legitima o exercício do poder pelo Estado. A legitimidade, nesse contexto, deve ser entendida como a aceitação do poder do governo ou do Estado pela sociedade.

Nesse sentido, os cidadãos e a cidadania organizada são a fonte ou a origem principal da governabilidade, ou seja, é a partir deles (e de sua capacidade de articulação em partidos, associações e demais instituições representativas) que surgem e se desenvolvem as condições para a governabilidade plena.

Vinculada à dimensão estatal, governabilidade diz respeito às condições sistêmicas e institucionais sob as quais se dá o exercício do poder, tais como as características do sistema político, a forma de governo, as relações entre os poderes, o sistema de intermediação de interesses. Representa, assim, um conjunto de atributos essenciais ao exercício do governo, sem os quais nenhum poder pode ser exercido.

Há três dimensões inerentes ao conceito de governabilidade: capacidade do governo de identificar problemas críticos e de formular políticas adequadas ao enfrentamento desses problemas, capacidade de mobilizar meios e recursos necessários à execução e à implantação das políticas públicas e capacidade de liderança do Estado, sem a qual as decisões se tornam ineficientes. A governabilidade, então, significa que o governo deve tomar decisões amparadas em um processo que inclua a participação dos diversos setores da sociedade, dos poderes constituídos, das instituições públicas e privadas e dos segmentos representativos da sociedade, para garantir que as escolhas atendam aos anseios da sociedade e contem com seu apoio na implementação de programas e projetos e na fiscalização dos serviços públicos.

Sob esse enfoque, significa a participação dos diversos setores da sociedade nos processos decisórios que dizem respeito às ações do poder público, uma vez que incorpora a articulação do aparelho estatal ao sistema político de uma sociedade, ampliando o leque possível e indispensável à legitimidade e ao suporte das ações governamentais em busca de sua eficácia.

Em resumo, governabilidade refere-se às condições do ambiente político em que se efetivam ou se devem efetivar as ações da administração, à base de legitimidade dos governos, à credibilidade e à imagem públicas da burocracia. Desse modo, o desafio da governabilidade consiste em conciliar os muitos interesses desses atores (na maioria, divergentes) e reuni-los em um objetivo comum (ou em vários objetivos comuns) a ser perseguido por todos. Assim, a capacidade de articular-se em alianças políticas e pactos sociais constitui-se em fator crítico para a viabilização dos objetivos do Estado. Essa tentativa de articulação que a governabilidade procura é uma forma de intermediação de interesses.

Thiago Antunes da Silva.

Conceitos e evolução da administração pública: o desenvolvimento do papel administrativo, 2017.

Internet: <www.online.unisc.br> Texto (com adaptações).

13 CEBRASPE/2023

Acerca das ideias do texto CB1A1, julgue o item que se segue.

Depreende-se do texto que a governabilidade está atrelada à capacidade administrativa e financeira do Estado, na busca por

satisfazer os interesses mercadológicos em detrimento dos interesses da coletividade.

14 CEBRASPE/2023

Acerca das ideias do texto CB1A1, julgue o item que se segue.

De acordo com o texto, os cidadãos e a cidadania organizada, na forma de partidos políticos, associações e demais agrupamentos representativos da sociedade, são a origem da governabilidade.

15 CEBRASPE/2023

Acerca das ideias do texto CB1A1, julgue o item que se segue.

A governabilidade relaciona-se com a legitimidade, ou seja, se os governos não forem legitimados, não haverá condições necessárias para governar.

16 CEBRASPE/2023

Acerca das ideias do texto CB1A1, julgue o item que se segue.

A governabilidade pressupõe que o cidadão seja pleno detentor de direitos, sem as obrigações que lhes são inerentes, pois o cidadão se encontra em condições de desigualdade com o Estado.

EXERCÍCIOS COMENTADOS

1 CEBRASPE/2019

Acerca da evolução das abordagens da administração e sua aplicação à administração pública brasileira, julgue o item que segue.

Governabilidade consiste na capacidade absoluta de governar independentemente de apoio popular ou político.

Gabarito: Errado

Comentário: Governabilidade não se refere à capacidade absoluta de governar sem considerar o apoio popular ou político. Ao contrário, a governabilidade está estreitamente ligada à capacidade política de

governar, ou seja, à relação de legitimidade do Estado e do seu governo com a sociedade. A governabilidade é afetada por diversos fatores, incluindo o apoio popular e as relações com o legislativo. Portanto, ela não é uma capacidade "absoluta" desvinculada dessas considerações. Se um governo não possui apoio popular ou político, sua governabilidade pode estar seriamente comprometida.

2 FGV/2018/Q996017

“Os dados disponíveis no Basômetro demonstram que a presidente Dilma Rousseff tem enfrentado maiores dificuldades na articulação de interesses do governo junto ao Congresso, especialmente na Câmara, em comparação aos governos FHC e Lula. Alguns de seus aliados atribuem tal problema ao fato de a presidente fazer pouca interlocução política.” O trecho apresentado, retirado do site do “Estadão”, representa um problema relacionado com o conceito de:

- A) governabilidade;
- B) governança;
- C) jurisdição;
- D) economia;
- E) legalidade.

Gabarito: A

Comentário: O trecho apresenta uma situação onde a presidente Dilma Rousseff enfrenta dificuldades na articulação de interesses do governo junto ao Congresso. Essa dificuldade de articular apoio e conduzir políticas devido a relações intergovernamentais, especialmente com o legislativo, é um aspecto da capacidade política de um governo de operar eficazmente dentro de um sistema político. Dentro das opções apresentadas, essa descrição se alinha mais estreitamente com o conceito de governabilidade.

3 CEBRASPE/2022/Q2585853

Governabilidade se refere à forma como os recursos econômicos e sociais são administrados para promover o desenvolvimento.

Gabarito: Errado

Comentário: A governabilidade refere-se à capacidade política de um governo de administrar seu território e seus cidadãos, mantendo

estabilidade e legitimidade. O conceito mencionado na questão — a forma como os recursos econômicos e sociais são administrados para promover o desenvolvimento — é mais alinhado ao conceito de governança.

4 CEBRASPE/2022/Q2353476

Com relação aos conceitos de governança e governabilidade, julgue os itens subsequentes.

Governabilidade refere-se ao dever do governo de tomar decisões amparadas pelo exercício do poder e pela legitimidade do Estado e do governo.

Gabarito: Certo

Comentário: A governabilidade, de fato, está relacionada à capacidade política do governo de administrar seu território e seus cidadãos, mantendo estabilidade e legitimidade. Esse conceito está intrinsecamente ligado à legitimidade do Estado e do governo, bem como à sua capacidade de exercer poder efetivamente.

A afirmação que diz que "Governabilidade refere-se ao dever do governo de tomar decisões amparadas pelo exercício do poder e pela legitimidade do Estado e do governo" é, portanto, correta, pois capta a essência do conceito de governabilidade ao enfatizar o papel do exercício legítimo do poder no processo decisório do governo.

5 CEBRASPE/2022/Q2353475

Com relação aos conceitos de governança e governabilidade, julgue os itens subsequentes.

Não governabilidade é sinônimo de ingovernabilidade e relaciona-se com a soma de uma crise econômica com uma crise de não atendimento em razão de excesso de demandas da sociedade.

Gabarito: Errado

Comentário: A questão apresenta a ideia de que "não governabilidade" é equivalente a "ingovernabilidade" e associa essa condição estritamente à "soma de uma crise econômica com uma crise de não atendimento em razão de excesso de demandas da sociedade."

Primeiramente, a definição de ingovernabilidade é mais ampla do que o apresentado. Ingovernabilidade pode ser caracterizada pela

incapacidade do governo de exercer sua autoridade, implementar políticas públicas, manter a ordem e responder efetivamente às demandas e necessidades da sociedade. Essa incapacidade pode surgir de diversas fontes e não apenas da combinação de uma crise econômica com demandas excessivas da sociedade.

Além disso, crises econômicas ou demandas sociais elevadas, por si só, não necessariamente resultam em ingovernabilidade. O resultado depende da resposta do governo a esses desafios e da resiliência das instituições públicas.

Portanto, a afirmativa na questão restringe e simplifica demais o conceito de ingovernabilidade, tornando a alternativa errada. A ingovernabilidade não é determinada apenas pela combinação de crises econômicas e demandas excessivas, mas pela complexa interação de diversos fatores políticos, econômicos e sociais.

6 CEBRASPE/2021

Com relação a governança, governabilidade e accountability, julgue o item subsequente.

Governabilidade refere-se tanto à gestão de instituições governamentais quanto a mecanismos formais não governamentais e seus efeitos sobre a conduta das pessoas.

Gabarito: Errado

Comentário: Inicialmente, vamos esclarecer os conceitos de governabilidade e de governança:

Governabilidade: Este termo diz respeito à capacidade política de governar. Refere-se à relação de legitimidade do Estado e do governo com a sociedade. A governabilidade está relacionada com as condições políticas e institucionais que permitem que um governo implemente suas políticas. Portanto, ela se relaciona principalmente com as instituições governamentais e o ambiente político.

Governança: Governança, por outro lado, é um termo mais amplo e refere-se ao conjunto de mecanismos, processos e relações por meio dos quais os cidadãos e grupos articulam seus interesses, exercem seus direitos e deveres e mediam seus conflitos. Governança pode envolver tanto instituições governamentais quanto não governamentais. Ela diz respeito à maneira como os recursos são gerenciados, as políticas são formuladas e implementadas e como os atores se relacionam.

A afirmação mistura aspectos de governabilidade com os de governança, o que pode gerar confusão. A governabilidade não se refere diretamente à "gestão de instituições governamentais e mecanismos formais não governamentais", e sim à capacidade política de governar dentro de um contexto social e institucional.

7 CEBRASPE/2019

O Oriente Médio é a região de confluência de três continentes (Europa, Ásia e África), berço das primeiras civilizações (egípcia, suméria e babilônica) e das religiões monoteístas (cristianismo, judaísmo e islamismo). Além de rivalidades interimperialistas no passado, com tentativas tardias de renascimento e modernização, a região foi alvo de rivalidades também das megacorporações petrolíferas. Além disso, em pequenos Estados fracos — de fácil controle —, essa região foi afetada pela fragmentação promovida pelos ingleses e, em menor escala, pelos franceses. No século XXI, voltou a ser palco de disputas entre potências industrializadas do Atlântico Norte e em acelerada industrialização da Ásia Oriental e Meridional. Esse conjunto de países abrange o essencial do mundo árabe e muçulmano, interagindo em um único cenário histórico e geopolítico.

Paulo Fagundes Visentini. O grande Oriente Médio. Campus, 2014, p. 4-5 (com adaptações).

Tendo como referência o assunto abordado no texto, julgue o item a seguir, dentro de um contexto geopolítico contemporâneo.

A estabilidade da governabilidade venezuelana tem como resultado a legitimidade do poder social de oposição.

Gabarito: Errado

Comentário: A Venezuela tem experimentado uma situação política complexa nas últimas décadas, marcada por polarização, crises econômicas, disputas sobre legitimidade e sanções internacionais.

A estabilidade da governabilidade é determinada por vários fatores, incluindo a legitimidade percebida do governo, a capacidade de manter a ordem, a eficácia na entrega de serviços públicos, entre outros. A legitimidade pode ser desafiada por diversos fatores, incluindo oposição política, manifestações populares ou condenações internacionais.

Na Venezuela, a oposição tem sido uma força significativa e tem desafiado a legitimidade do governo em várias ocasiões. Esses

desafios, por vezes, levaram a momentos de instabilidade, protestos e até tentativas de mudança de regime.

No entanto, afirmar que "a estabilidade da governabilidade venezuelana tem como resultado a legitimidade do poder social de oposição" é uma simplificação. A governabilidade e sua estabilidade são influenciadas por muitos fatores, e enquanto a oposição desempenha um papel, ela é apenas uma peça em um quadro mais amplo que inclui economia, diplomacia internacional, forças armadas, entre outros.

Se a intenção for fazer uma análise aprofundada da situação na Venezuela, seria crucial considerar todos esses fatores, bem como as nuances e as complexidades da política venezuelana.

8 CEBRASPE/2022

A respeito de transparência, accountability e representação social, julgue o item subsequente.

A representação social por meio de sindicatos é uma estratégia para promover simultaneamente a transparência e a governabilidade do Estado.

Gabarito: Certo

Comentário: A representação social por meio de sindicatos é uma forma de garantir que os interesses e preocupações de certos grupos sociais sejam ouvidos e considerados pelo governo. Quando sindicatos têm uma participação ativa, eles podem desempenhar um papel na promoção da transparência, exigindo a divulgação de informações, fomentando o debate e solicitando responsabilização (accountability) em questões que afetam seus membros e a sociedade em geral.

Além disso, ao incluir organizações como sindicatos no processo de tomada de decisão, é possível promover uma maior governabilidade. Isso porque tais entidades podem ajudar a mediar entre os interesses do governo e os de seus membros, facilitando compromissos e entendimentos. Assim, a presença ativa e participativa de sindicatos pode levar a uma maior estabilidade e aceitação das decisões do governo por partes significativas da população, aumentando a governabilidade.

Dessa forma, a representação social por meio de sindicatos, quando bem conduzida, pode ser uma ferramenta eficaz para promover transparência e governabilidade.

9 CEBRASPE/2020

Julgue o item a seguir, a respeito de governabilidade e governança e mudanças institucionais no âmbito do Estado.

Governabilidade refere-se ao conjunto de elementos que determinam a capacidade de gestão da administração pública, baseando-se, portanto, no conceito de efetividade.

Gabarito: Errado

Comentário: A questão está errada porque confunde os conceitos de governabilidade e governança. Governabilidade está mais relacionada à capacidade política do governo de implementar suas políticas e se manter no poder, levando em conta fatores como legitimidade, apoio parlamentar e relação com a sociedade. Trata-se da relação de legitimidade do Estado e do seu governo com a sociedade.

Já a governança está associada à capacidade administrativa, à gestão, à efetividade, à eficiência e à eficácia das ações do Estado. Portanto, o conceito apresentado na questão descreve mais a governança do que a governabilidade.

10 CEBRASPE/2018

Com referência à reforma do Estado e à administração pública gerencial, julgue o item subsequente.

Os problemas de governabilidade decorrem do excesso de democracia e do peso exagerado das demandas sociais.

Gabarito: Errado

Comentário: A afirmação é simplista e pode ser considerada errada por várias razões. Primeiramente, a governabilidade não é apenas uma questão de "excesso de democracia". Governabilidade se refere à capacidade de um governo de implementar suas políticas, manter-se no poder e ter uma relação estável com instituições e com a sociedade. Ela pode ser influenciada por fatores econômicos, políticos, sociais e institucionais.

Dizer que a governabilidade é afetada pelo "excesso de democracia" sugere que a participação e a voz do povo são problemas, o que é uma visão controversa e não amplamente aceita. Em muitos contextos, a democracia é vista como uma maneira de fortalecer a legitimidade e a estabilidade do governo, não de enfraquecê-la.

Além disso, as "demandas sociais" são um aspecto inerente de qualquer sociedade democrática. Em vez de serem um problema, essas demandas indicam áreas de necessidade e preocupação para os cidadãos, e um governo eficaz buscará abordá-las.

Portanto, não é preciso nem apropriado colocar a culpa nos conceitos de democracia e demandas sociais pelos problemas de governabilidade.

11 FGV/2022

A respeito dos conceitos de governabilidade e governança em um contexto democrático, relacione corretamente essas categorias a seus respectivos atributos.

1. Governabilidade

2. Governança

() Refere-se às condições substantivas e materiais de exercício do poder e de legitimidade do Estado e do seu governo, decorrentes de sua postura diante da sociedade civil e do mercado.

() Entende-se como a formulação e implementação das políticas de um governo para a consecução das metas coletivas que compõem o seu programa, legitimado pelas urnas.

() Concebe-se como a autoridade política do Estado em si, sua capacidade para agregar os múltiplos interesses dispersos pela sociedade e apresentar-lhes um objetivo comum para os curto, médio e longo prazos.

() Apoia-se nos agentes públicos ou servidores do Estado que possibilitam a formulação e implementação das políticas públicas e representam o Estado diante da sociedade civil e do mercado.

Assinale a opção que estabelece a relação correta, na ordem apresentada.

A 1, 2, 2 e 1.

B 2, 1, 1 e 2.

C 1, 1, 2 e 1.

D 1, 2, 1 e 2.

E 2, 2, 1 e 1.

Gabarito: D

Comentário: Vamos analisar as afirmações e relacioná-las aos conceitos:

1. Governabilidade

2. Governança

(1) Refere-se às condições substantivas e materiais de exercício do poder e de legitimidade do Estado e do seu governo, decorrentes de sua postura diante da sociedade civil e do mercado.

Resposta: 1. Governabilidade. Este conceito trata da capacidade do governo de exercer sua autoridade, manter-se no poder e ter suas políticas aceitas e implementadas sem excessiva resistência, levando em conta sua relação com a sociedade civil e o mercado.

(2) Entende-se como a formulação e implementação das políticas de um governo para a consecução das metas coletivas que compõem o seu programa, legitimado pelas urnas.

Resposta: 2. Governança. Trata-se da maneira como as decisões são tomadas dentro do governo e como estas são implementadas, buscando a eficácia e eficiência das políticas públicas.

(1) Concebe-se como a autoridade política do Estado em si, sua capacidade para agregar os múltiplos interesses dispersos pela sociedade e apresentar-lhes um objetivo comum para os curto, médio e longo prazos.

Resposta: 1. Governabilidade. Este conceito envolve a capacidade do Estado de unir diferentes interesses da sociedade sob um objetivo comum.

(2) Apoia-se nos agentes públicos ou servidores do Estado que possibilitam a formulação e implementação das políticas públicas e representam o Estado diante da sociedade civil e do mercado.

Resposta: 2. Governança. Este item descreve a capacidade dos agentes públicos de traduzir a visão e as decisões políticas em ações e políticas efetivas, representando a interface entre o Estado e a sociedade.

12 CEBRASPE/2021

A respeito de administração pública, julgue o item a seguir.

A governabilidade de um Estado depende de sua governança, ou seja, só há governabilidade se houver governança.

Gabarito: Errado

Comentário: É possível ter governabilidade sem boa governança. Governabilidade refere-se à capacidade de um governo de criar e implementar políticas efetivamente. Governança, por outro lado, trata da forma como o governo é administrado, especialmente em termos de transparência, ética e responsabilidade. Assim, um governo pode manter o controle e a estabilidade (governabilidade) mesmo sem seguir os melhores padrões de governança.

Por outro lado, podemos afirmar também que a referida afirmação é imprecisa e pode ser interpretada de maneiras diferentes dependendo do contexto.

Governabilidade refere-se à capacidade de um governo de criar e implementar políticas de maneira eficaz. Ela está vinculada à legitimidade do Estado, ao ambiente político, ao apoio popular e à estabilidade institucional. Em outras palavras, a governabilidade é a capacidade do Estado de manter-se estável, garantir a aplicação das leis e assegurar que os processos democráticos sejam eficientes.

Governança, por outro lado, está relacionada à forma como um governo é conduzido ou administrado. Envolve a tomada de decisões responsáveis, transparentes, éticas e eficazes, bem como o modo como os cidadãos ou stakeholders podem expressar seus interesses, exercer seus direitos legais e cumprir suas obrigações.

A relação entre governabilidade e governança é complexa. Embora boa governança possa fortalecer a legitimidade de um governo e, assim, reforçar sua governabilidade, não é absolutamente verdade que só haja governabilidade se houver governança. Há regimes ao longo da história que mantiveram a governabilidade (por exemplo, através de controle autoritário) sem necessariamente seguir princípios de boa governança.

Entretanto, em democracias modernas e funcionais, uma boa governança é frequentemente vista como fundamental para manter e fortalecer a governabilidade, uma vez que ela ajuda a construir a confiança e o apoio do público.

Em minha visão pessoal, um governo somente poderá preocupar-se com governança se tiver um mínimo de governabilidade. Inclusive, consta no Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE, 1995), que "o governo brasileiro não carece de "governabilidade", ou

seja, de poder para governar, dada sua legitimidade democrática e o apoio com que conta na sociedade civil. Enfrenta, entretanto, um problema de governança, na medida em que sua capacidade de implementar as políticas públicas é limitada pela rigidez e ineficiência da máquina administrativa”. Logo, mostra-se possível ter governabilidade sem ter governança, mas não se mostra razoável falarmos em governança sem ter um mínimo de governabilidade.

CEBRASPE/2023

Texto CB1A1

A governabilidade refere-se à capacidade política de governar, que deriva da relação de legitimidade do Estado e do seu governo com a sociedade. Está presente quando a população legitima o exercício do poder pelo Estado. A legitimidade, nesse contexto, deve ser entendida como a aceitação do poder do governo ou do Estado pela sociedade.

Nesse sentido, os cidadãos e a cidadania organizada são a fonte ou a origem principal da governabilidade, ou seja, é a partir deles (e de sua capacidade de articulação em partidos, associações e demais instituições representativas) que surgem e se desenvolvem as condições para a governabilidade plena.

Vinculada à dimensão estatal, governabilidade diz respeito às condições sistêmicas e institucionais sob as quais se dá o exercício do poder, tais como as características do sistema político, a forma de governo, as relações entre os poderes, o sistema de intermediação de interesses. Representa, assim, um conjunto de atributos essenciais ao exercício do governo, sem os quais nenhum poder pode ser exercido.

Há três dimensões inerentes ao conceito de governabilidade: capacidade do governo de identificar problemas críticos e de formular políticas adequadas ao enfrentamento desses problemas, capacidade de mobilizar meios e recursos necessários à execução e à implantação das políticas públicas e capacidade de liderança do Estado, sem a qual as decisões se tornam ineficientes. A governabilidade, então, significa que o governo deve tomar decisões amparadas em um processo que inclua a participação dos diversos setores da sociedade, dos poderes constituídos, das instituições públicas e privadas e dos segmentos representativos da sociedade, para garantir que as escolhas atendam aos anseios da sociedade e contem com seu apoio na implementação de programas e projetos e na fiscalização dos serviços públicos.

Sob esse enfoque, significa a participação dos diversos setores da sociedade nos processos decisórios que dizem respeito às ações do poder público, uma vez que incorpora a articulação do aparelho estatal ao sistema político de uma sociedade, ampliando o leque possível e indispensável à legitimidade e ao suporte das ações governamentais em busca de sua eficácia.

Em resumo, governabilidade refere-se às condições do ambiente político em que se efetivam ou se devem efetivar as ações da administração, à base de legitimidade dos governos, à credibilidade e à imagem públicas da burocracia. Desse modo, o desafio da governabilidade consiste em conciliar os muitos interesses desses atores (na maioria, divergentes) e reuni-los em um objetivo comum (ou em vários objetivos comuns) a ser perseguido por todos. Assim, a capacidade de articular-se em alianças políticas e pactos sociais constitui-se em fator crítico para a viabilização dos objetivos do Estado. Essa tentativa de articulação que a governabilidade procura é uma forma de intermediação de interesses.

Thiago Antunes da Silva.

Conceitos e evolução da administração pública: o desenvolvimento do papel administrativo, 2017.

Internet: <www.online.unisc.br> Texto (com adaptações).

13 CEBRASPE/2023

Acerca das ideias do texto CB1A1, julgue o item que se segue.

Depreende-se do texto que a governabilidade está atrelada à capacidade administrativa e financeira do Estado, na busca por satisfazer os interesses mercadológicos em detrimento dos interesses da coletividade.

Gabarito: Errado

Comentário: Com base no texto de Thiago Antunes da Silva, a afirmação é INCORRETA. Vejamos o porquê:

- O texto foca na ideia de que a governabilidade refere-se à capacidade política de governar e à relação de legitimidade entre Estado, governo e sociedade.
- A principal fonte de governabilidade, conforme o texto, é a população e sua capacidade de se articular em instituições

representativas. A capacidade administrativa e financeira não é o foco central da governabilidade, conforme o texto.

- Em nenhum momento o texto indica que a governabilidade busca "satisfazer os interesses mercadológicos em detrimento dos interesses da coletividade". Pelo contrário, destaca-se a necessidade de participação de diversos setores da sociedade nas decisões, em busca de atender aos anseios da sociedade.
- A principal ênfase do texto é sobre legitimidade, articulação política, e a necessidade de conciliar diferentes interesses para um objetivo comum.

Assim, a afirmativa distorce as ideias apresentadas no texto ao focar na capacidade administrativa e financeira e em interesses mercadológicos. O núcleo da governabilidade discutido pelo autor está na legitimidade, participação e capacidade política de conciliar interesses diversos.

Superada a análise da questão com base no texto, uma análise exclusivamente técnica permite concluir, ainda, que, enquanto a governabilidade está relacionada à capacidade do governo de exercer sua autoridade e ter suas políticas aceitas e implementadas, a governança está mais alinhada à maneira como as decisões são tomadas e implementadas, especialmente no que se refere à gestão eficiente, transparente, participativa e responsável. A gestão financeira e administrativa eficiente está mais ligada ao conceito de governança do que ao de governabilidade.

Quando a afirmação sugere que a "governabilidade está atrelada à capacidade administrativa e financeira do Estado", está misturando os conceitos de governabilidade e governança. A capacidade administrativa e financeira é mais uma questão de governança - como o governo administra seus recursos e toma decisões.

14 CEBRASPE/2023

Acerca das ideias do texto CB1A1, julgue o item que se segue.

De acordo com o texto, os cidadãos e a cidadania organizada, na forma de partidos políticos, associações e demais agrupamentos representativos da sociedade, são a origem da governabilidade.

Gabarito: Certo

Comentário: Com base no trecho do texto: "Nesse sentido, os cidadãos e a cidadania organizada são a fonte ou a origem principal da

governabilidade, ou seja, é a partir deles (e de sua capacidade de articulação em partidos, associações e demais instituições representativas) que surgem e se desenvolvem as condições para a governabilidade plena.", a afirmação é CORRETA.

15 CEBRASPE/2023

Acerca das ideias do texto CB1A1, julgue o item que se segue.

A governabilidade relaciona-se com a legitimidade, ou seja, se os governos não forem legitimados, não haverá condições necessárias para governar.

Gabarito: Certo

Comentário: A governabilidade está intrinsecamente relacionada à legitimidade. Quando um governo é percebido como legítimo por sua população, ele geralmente tem uma capacidade maior de governar, porque suas ações e decisões são aceitas e apoiadas pela sociedade. Por outro lado, quando um governo não é visto como legítimo, ele pode enfrentar resistências significativas, tornando o processo de governar mais desafiador. Isso não significa que um governo sem legitimidade não possa governar, mas provavelmente enfrentará mais obstáculos e contestações em seu exercício de poder.

16 CEBRASPE/2023

Acerca das ideias do texto CB1A1, julgue o item que se segue.

A governabilidade pressupõe que o cidadão seja pleno detentor de direitos, sem as obrigações que lhes são inerentes, pois o cidadão se encontra em condições de desigualdade com o Estado.

Gabarito: Errado

Comentário: O texto não sugere que o cidadão seja detentor apenas de direitos sem as obrigações correspondentes. Ao contrário, a governabilidade é apresentada no texto como resultante da relação de legitimidade do Estado e do seu governo com a sociedade e pressupõe a participação e articulação ativa dos cidadãos e da cidadania organizada. Além disso, o texto não faz menção à ideia de que o cidadão se encontra em condições de desigualdade com o Estado no contexto discutido.

GOVERNANÇA

CONFLITO DE AGÊNCIA

O conflito de agência refere-se à divergência de interesses entre os proprietários ou acionistas (principal) e os gestores ou administradores (agente) de uma organização. Enquanto os acionistas estão principalmente interessados em maximizar o valor de seus investimentos, os gestores podem ter objetivos pessoais que não necessariamente alinham-se com a maximização do valor para os acionistas.

Esse desalinhamento pode levar a decisões que beneficiam os interesses pessoais dos gestores em detrimento dos interesses dos acionistas. O conflito surge, portanto, da separação entre propriedade e controle, e a necessidade de monitorar e alinhar os interesses de agentes e principais é uma das razões fundamentais para a implementação de boas práticas de governança corporativa.

Conflito de Agência entre Síndico e Condôminos

Parte Envolvida	Interesse	Possível Ação Baseada no Interesse	Potencial Conflito de Agência
Principal (Condôminos)	Que o condomínio seja bem administrado, que as taxas condominiais sejam justas e que a infraestrutura seja mantida.	Aprovação de orçamentos, participação em assembleias.	Síndico fazendo uso inadequado do fundo do condomínio ou negligenciando manutenções necessárias.

<p>Agente (Síndico)</p>	<p>Administrar o condomínio de maneira eficiente, mas também pode buscar reconhecimento ou benefícios pessoais.</p>	<p>Tomada de decisões executivas, contratação de serviços, estabelecimento de regras.</p>	<p>Síndico contrata serviços de amigos ou familiares sem pesquisa de mercado, ou toma decisões sem consultar os moradores.</p>
-------------------------	---	---	--

O conflito de agência entre o síndico e os condôminos pode surgir devido a divergências nos interesses e objetivos de ambas as partes.

Os condôminos (principais) querem que o condomínio seja bem administrado, que a infraestrutura seja mantida e que as taxas condominiais sejam justas. Eles confiam no síndico (agente) para administrar os recursos e tomar decisões em nome de todos.

No entanto, o síndico pode ter seus próprios interesses, como buscar reconhecimento pessoal, ou até mesmo benefícios pessoais. Um conflito de agência pode surgir se o síndico, por exemplo, decidir contratar serviços de amigos ou familiares sem fazer uma pesquisa adequada de mercado, ou se fizer uso inadequado do fundo do condomínio. Estas ações podem não estar alinhadas com os melhores interesses dos condôminos, gerando o conflito de agência.

De igual modo, a governança pública também deriva do conflito de agência e incorpora práticas de governança corporativa. Sobre o tema, o Tribunal de Contas da União (Referencial Básico de Governança Organizacional, 2020) realizou a seguinte análise:

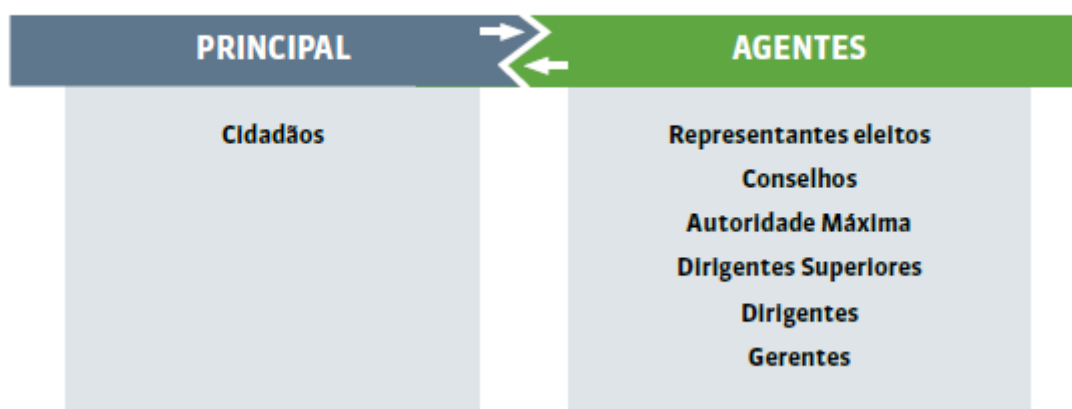
IBGC (2015) sustenta que os princípios e práticas da governança corporativa são aplicáveis às organizações públicas, com adaptações. MATIAS-PEREIRA (2018) enxerga a governança corporativa em organizações públicas como uma das vertentes comuns de aplicação do termo governança.

Por isso, a governança pública organizacional parte do mesmo problema tratado pela governança corporativa: o conflito agente-principal (ou conflito de agência, v. Capítulo 2).

No caso do Estado brasileiro, há garantia constitucional de que o povo (ou sociedade brasileira) é o detentor original de todos os direitos e poderes: “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição” (Constituição Federal de 1988, art. 1º) (BRASIL, 1988b). Por isso, a sociedade assume o papel de “principal”, pois compartilha as percepções de finalidade e valor e detém o poder social, podendo exercê-lo de forma conjunta e ordenada por meio de estruturas criadas para representá-la (DALLARI, 2005).

Conseqüentemente, todas as pessoas que, em seu papel institucional, implementam a estrutura do Estado brasileiro são “agentes”, ou agentes públicos, que estão necessariamente a serviço do povo.

Figura 3 - Relação principal-agente no setor público



EXERCÍCIOS

1 CEBRASPE/2021

O conceito de governança se fortaleceu na década de 90 do século passado, nos Estados Unidos da América, para o enfrentamento do chamado conflito de agência ou conflito agente-principal.

Acerca desse assunto, julgue o item a seguir.

A despeito de o conceito de governança ter surgido no âmbito da administração corporativa, é perfeitamente possível aplicá-lo à administração pública, entendendo-se o conflito agente-principal como

o conflito entre os gestores de determinado órgão (agente) e a autoridade máxima desse órgão (principal).

2 CEBRASPE/2022

Julgue o item que se segue, a respeito de temas contemporâneos da gestão pública brasileira.

As boas práticas de governança são adotadas com o propósito de dirimir conflitos de agência.

3 CEBRASPE/2018

Julgue o próximo item, referente à governança no setor público.

Estruturas de governança servem para maximizar conflitos, alinhar ações e trazer mais segurança à instituição.

4 FGV/2021/Q2085882

Ao eleger representantes por meio do voto, a população espera que eles promovam políticas que sirvam ao interesse da sociedade. No decorrer dos respectivos mandatos, no entanto, nem sempre esses representantes cumprem com o prometido, buscando muitas vezes maximizar os interesses pessoais em detrimento dos sociais.

Com base na literatura sobre governança pública, assinale a opção que apresenta como é conhecido esse desalinhamento.

- A) Conflito de agência.
- B) Accountability.
- C) Problema dos feixes de contrato.
- D) Externalidades positivas.
- E) Free-riders.

5 CEBRASPE/2022/Q2274706

Julgue os próximos itens, a respeito das práticas na administração pública brasileira.

A governança na administração pública engloba ações para dirimir os conflitos de agência, que surgem na intermediação de interesses dos principais e agentes.

6 CEBRASPE/2022/Q2250449

Com relação a teorias de governança corporativa, julgue os itens seguintes.

Entre os problemas da teoria da agência, incluem-se a assimetria informacional e o risco moral.

7 FGV/2017

Na concepção de governança no setor público, o Tribunal de Contas da União emitiu um documento Referencial Básico de governança, o qual é aplicável a órgãos e entidades da administração pública, com vistas a promover ações indutoras de melhoria da relação entre governo e sociedade.

A partir da literatura de governança, o documento traz os conceitos de principal e agente. No contexto da administração pública, o principal pode ser exemplificado:

- A pela autoridade máxima;
- B pelos conselhos;
- C pelos cidadãos;
- D pelos representantes eleitos;
- E pelos representantes nomeados.

8 CEBRASPE/2018

Acerca dos mecanismos governamentais para preservação da priorização do interesse público na gestão pública brasileira, julgue o item que segue.

A governança pública é um mecanismo para evitar conflitos de agência entre cidadãos (principais) e servidores públicos (agentes).

9 FGV/2022

Conforme sintetizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em seu referencial básico da governança, a governança pública compreende mecanismos postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas de interesse da sociedade.

Nesse contexto, evidencia-se como um dos objetivos da governança tratar adequadamente, no âmbito da Administração Pública, do problema conhecido como conflito principal-agente, que se relaciona com

A o risco de os representantes eleitos pelo sociedade agirem de acordo com interesses próprios e contrários aos do povo, detentor original dos poderes.

B a possibilidade de programas com orientação bottom-up inviabilizarem a participação social.

C a limitação de recursos disponibilizados para as políticas públicas de âmbito municipal, especialmente por causa da escassez arrecadatária.

D a capacidade de a assimetria de informações ser aumentada em decorrência do excesso de transparência das instituições públicas.

E o óbice à negociação independente, por intermediários afetados por externalidades, por medo ou excesso de custos de transação.

10 CEBRASPE/2021

Os mecanismos que permitem que a sociedade e os cidadãos usuários de serviços públicos tenham seus interesses resguardados perante conflitos de agência correspondem a

A transparência pública.

B governabilidade institucional.

C responsabilidade social.

D accountability.

E governança pública.

11 CEBRASPE/2023

Se um governo eleito legitimamente apresentar baixa capacidade de formular e implementar suas políticas públicas em decorrência da ineficiência de sua estrutura administrativa, estará ocorrendo um problema relacionado

A ao clientelismo.

B ao corporativismo.

C ao neocorporativismo.

D à governabilidade.

E à governança.

EXERCÍCIOS COMENTADOS

1 CEBRASPE/2021

O conceito de governança se fortaleceu na década de 90 do século passado, nos Estados Unidos da América, para o enfrentamento do chamado conflito de agência ou conflito agente-principal.

Acerca desse assunto, julgue o item a seguir.

A despeito de o conceito de governança ter surgido no âmbito da administração corporativa, é perfeitamente possível aplicá-lo à administração pública, entendendo-se o conflito agente-principal como o conflito entre os gestores de determinado órgão (agente) e a autoridade máxima desse órgão (principal).

Gabarito: Certo

Comentário: O conceito de governança corporativa de fato emergiu fortemente nos anos 90, especialmente nos EUA, para lidar com o conflito de agência ou agente-principal. Esse conflito descreve a relação e os problemas potenciais que surgem quando uma parte (o "agente", como a administração de uma empresa) é contratada para atuar em nome de outra parte (o "principal", como os acionistas).

Apesar de suas raízes na administração corporativa, o conceito de governança e, em particular, o paradigma agente-principal, têm sido adaptados e aplicados ao setor público. Na administração pública, o "agente" pode ser entendido como os gestores ou burocratas,

enquanto o "principal" pode ser tanto a autoridade máxima do órgão, quanto, em uma perspectiva mais ampla, os cidadãos ou o corpo político que confere poder e responsabilidade ao órgão ou entidade.

A ideia é que, assim como no mundo corporativo, na administração pública também existem potenciais desalinhamentos de interesses entre os gestores (agentes) e a autoridade máxima ou os cidadãos (principais). Portanto, o conceito de governança pode ser aplicado para garantir que os gestores públicos atuem no melhor interesse da população ou da entidade representativa.

2 CEBRASPE/2022

Julgue o item que se segue, a respeito de temas contemporâneos da gestão pública brasileira.

As boas práticas de governança são adotadas com o propósito de dirimir conflitos de agência.

Gabarito: Certo

Comentário: As boas práticas de governança têm como um dos principais objetivos minimizar ou resolver os conflitos de agência. Ao estabelecer mecanismos claros de transparência, responsabilidade (accountability) e controle, a governança visa assegurar que os agentes (como gestores ou administradores) atuem de acordo com os melhores interesses dos principais (como acionistas em empresas ou cidadãos no setor público).

3 CEBRASPE/2018

Julgue o próximo item, referente à governança no setor público.

Estruturas de governança servem para maximizar conflitos, alinhar ações e trazer mais segurança à instituição.

Gabarito: Errado

Comentário: Estruturas de governança não têm como objetivo maximizar conflitos. Na realidade, elas buscam minimizar ou resolver conflitos, especialmente os conflitos de agência. O alinhamento de ações e a promoção de segurança à instituição estão corretos, mas o propósito de maximização de conflitos é contrário ao objetivo da governança.

4 FGV/2021/Q2085882

Ao eleger representantes por meio do voto, a população espera que eles promovam políticas que sirvam ao interesse da sociedade. No decorrer dos respectivos mandatos, no entanto, nem sempre esses representantes cumprem com o prometido, buscando muitas vezes maximizar os interesses pessoais em detrimento dos sociais.

Com base na literatura sobre governança pública, assinale a opção que apresenta como é conhecido esse desalinhamento.

- A) Conflito de agência.
- B) Accountability.
- C) Problema dos feixes de contrato.
- D) Externalidades positivas.
- E) Free-riders.

Gabarito: A

Comentários: Para adequada compreensão da questão, vamos fazer uma análise de cada uma das opções.

- A) Conflito de agência.

Esta é a opção correta. Esse é o termo correto para o descrito na situação: quando há um desalinhamento entre os interesses do representante (agente) e os da população (principal). O agente pode, por diversas razões, não atuar no melhor interesse do principal, levando ao chamado conflito de agência.

- B) Accountability.

Accountability refere-se à obrigação dos governantes, funcionários públicos e qualquer instituição pública de prestar contas de suas ações e decisões à população ou à instituição a que estão subordinados. Não se refere diretamente ao desalinhamento, mas pode ser um mecanismo para mitigar os efeitos do conflito de agência, pois exige transparência e responsabilização.

- C) Problema dos feixes de contrato.

Esta não é uma terminologia padrão em literatura de governança pública. O termo mais próximo seria "problema dos feixes de direitos" que está relacionado com direitos de propriedade e a divisão desses direitos entre diferentes partes. Não tem relação direta com o desalinhamento de interesses entre representantes e população.

D) Externalidades positivas.

Externalidades são efeitos colaterais de ações econômicas que afetam terceiros que não participaram diretamente da ação. Externalidades positivas referem-se a benefícios não intencionais que se estendem a terceiros. Por exemplo, se alguém planta árvores em sua propriedade, os vizinhos podem se beneficiar do ar mais limpo. Não está relacionado diretamente com o desalinhamento descrito.

E) Free-riders.

O termo "free-rider" ou "carona" se refere a uma pessoa ou entidade que se beneficia de um recurso sem contribuir para ele. É comumente discutido em situações de bens públicos, onde indivíduos podem se beneficiar sem contribuir diretamente para sua manutenção ou produção. Não é o termo que descreve o desalinhamento entre representantes e a população no contexto dado.

5 CEBRASPE/2022/Q2274706

Julgue os próximos itens, a respeito das práticas na administração pública brasileira.

A governança na administração pública engloba ações para dirimir os conflitos de agência, que surgem na intermediação de interesses dos principais e agentes.

Gabarito: Certo

Comentário: A governança na administração pública efetivamente engloba ações, mecanismos e práticas que buscam alinhar os interesses dos agentes (aqueles que tomam decisões ou atuam em nome dos principais) com os dos principais (aqueles em nome de quem as decisões são tomadas, como os cidadãos em uma democracia). Os conflitos de agência surgem quando os interesses dos agentes desviam-se dos interesses dos principais, e práticas robustas de governança buscam mitigar tais conflitos.

6 CEBRASPE/2022/Q2250449

Com relação a teorias de governança corporativa, julgue os itens seguintes.

Entre os problemas da teoria da agência, incluem-se a assimetria informacional e o risco moral.

Gabarito: Certo

Comentário: Dentro da teoria da agência, dois problemas centrais são a assimetria informacional e o risco moral:

Assimetria informacional: Refere-se à situação em que uma das partes (frequentemente o agente) possui mais ou melhor informação do que a outra parte (o principal). Esse desequilíbrio de informações pode levar a decisões subótimas ou a comportamentos oportunistas por parte do agente.

Risco moral: Surge quando um agente toma decisões que são arriscadas porque ele sabe que potenciais consequências negativas daquelas decisões não o afetarão diretamente ou serão suportadas pelo principal. O risco moral é exacerbado em situações onde o agente não tem incentivos adequados para agir no melhor interesse do principal ou quando o principal não pode monitorar adequadamente as ações do agente.

Ambos os problemas são centrais na teoria da agência e são razões pelas quais as práticas de governança corporativa são implementadas para alinhar os interesses de agentes e principais.

7 FGV/2017

Na concepção de governança no setor público, o Tribunal de Contas da União emitiu um documento Referencial Básico de governança, o qual é aplicável a órgãos e entidades da administração pública, com vistas a promover ações indutoras de melhoria da relação entre governo e sociedade.

A partir da literatura de governança, o documento traz os conceitos de principal e agente. No contexto da administração pública, o principal pode ser exemplificado:

- A pela autoridade máxima;
- B pelos conselhos;
- C pelos cidadãos;
- D pelos representantes eleitos;
- E pelos representantes nomeados.

Gabarito: C

Comentários: Vamos analisar cada uma das opções em relação ao conceito de "principal" e "agente" dentro do contexto da administração pública:

A) pela autoridade máxima:

Esta opção refere-se a um cargo ou figura de alta liderança dentro de uma organização ou entidade. Embora essa autoridade possa ter poder decisório significativo, ela age mais como um agente em nome do principal (a sociedade ou os cidadãos).

B) pelos conselhos:

Os conselhos, muitas vezes, são órgãos deliberativos ou consultivos dentro de uma entidade ou organização. Eles podem ter a função de supervisionar, aconselhar ou tomar decisões. Nesse contexto, também agem mais como agentes, pois representam ou defendem os interesses do principal.

C) pelos cidadãos:

Os cidadãos são a base da teoria da agência no contexto da administração pública. Eles são o "principal" que delega autoridade e responsabilidades aos seus representantes ou agentes (autoridades eleitas, nomeadas, conselhos, etc.) para que atuem em seu nome.

D) pelos representantes eleitos:

Os representantes eleitos, como vereadores, deputados, senadores, presidentes, entre outros, são escolhidos pelo povo (principal) para representá-los e tomar decisões em seu nome. Nesse cenário, eles atuam como agentes do povo.

E) pelos representantes nomeados:

Os representantes nomeados, como certos cargos de confiança ou posições em comissões específicas, são designados para desempenhar funções em nome de uma autoridade maior ou do próprio povo. Eles também atuam como agentes, uma vez que são responsáveis por cumprir as expectativas e interesses do principal.

As opções A, B, D e E descrevem diferentes formas de agentes na teoria da agência, enquanto a opção C descreve o principal no contexto da administração pública.

8 CEBRASPE/2018

Acerca dos mecanismos governamentais para preservação da priorização do interesse público na gestão pública brasileira, julgue o item que segue.

A governança pública é um mecanismo para evitar conflitos de agência entre cidadãos (principais) e servidores públicos (agentes).

Gabarito: Certo

Comentário: A governança pública visa estabelecer mecanismos e práticas que assegurem que a administração pública opere de forma eficiente, eficaz, ética e alinhada aos interesses dos cidadãos. Um dos objetivos fundamentais da governança é justamente mitigar os conflitos de agência que podem surgir quando os interesses dos servidores públicos (agentes) desviam-se dos interesses dos cidadãos (principais). Ao estabelecer controles, responsabilidades, transparência e mecanismos de prestação de contas, a governança pública busca garantir que os agentes atuem sempre em benefício dos principais.

9 FGV/2022

Conforme sintetizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em seu referencial básico da governança, a governança pública compreende mecanismos postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas de interesse da sociedade.

Nesse contexto, evidencia-se como um dos objetivos da governança tratar adequadamente, no âmbito da Administração Pública, do problema conhecido como conflito principal-agente, que se relaciona com

A o risco de os representantes eleitos pelo sociedade agirem de acordo com interesses próprios e contrários aos do povo, detentor original dos poderes.

B a possibilidade de programas com orientação bottom-up inviabilizarem a participação social.

C a limitação de recursos disponibilizados para as políticas públicas de âmbito municipal, especialmente por causa da escassez arrecadatória.

D a capacidade de a assimetria de informações ser aumentada em decorrência do excesso de transparência das instituições públicas.

E o óbice à negociação independente, por intermediários afetados por externalidades, por medo ou excesso de custos de transação.

Gabarito: A

Comentário: Vamos analisar cada alternativa:

A) o risco de os representantes eleitos pela sociedade agirem de acordo com interesses próprios e contrários aos do povo, detentor original dos poderes.

Comentário: Correta. Esta opção descreve diretamente o conflito principal-agente. O "principal" (neste caso, o povo ou sociedade) delega autoridade ou tarefas ao "agente" (representantes eleitos), mas há um risco de que esses agentes possam agir de forma a maximizar seus próprios interesses, em detrimento dos interesses do principal. Portanto, essa é a alternativa correta.

B) a possibilidade de programas com orientação bottom-up inviabilizarem a participação social.

Comentário: A orientação "bottom-up" geralmente se refere a uma abordagem em que as decisões são tomadas a partir da base da organização ou comunidade, em vez de serem impostas de cima. Essa alternativa não se relaciona diretamente com o conflito principal-agente.

C) a limitação de recursos disponibilizados para as políticas públicas de âmbito municipal, especialmente por causa da escassez arrecadatória.

Comentário: Apesar de a escassez de recursos ser um desafio na gestão pública, isso não é específico ao conflito principal-agente.

D) a capacidade de a assimetria de informações ser aumentada em decorrência do excesso de transparência das instituições públicas.

Comentário: A assimetria de informações é uma característica do conflito principal-agente, onde uma parte tem mais informações que a outra. No entanto, o "excesso de transparência" normalmente não é visto como uma causa de assimetria de informações; na verdade, a transparência geralmente é uma solução para reduzir a assimetria.

E) o óbice à negociação independente, por intermediários afetados por externalidades, por medo ou excesso de custos de transação.

Comentário: Embora os custos de transação sejam uma consideração na teoria econômica e possam afetar a eficiência das transações, eles não descrevem diretamente o conflito principal-agente.

Logo, a opção correta é a letra A.

10 CEBRASPE/2021

Os mecanismos que permitem que a sociedade e os cidadãos usuários de serviços públicos tenham seus interesses resguardados perante conflitos de agência correspondem a

- A transparência pública.
- B governabilidade institucional.
- C responsabilidade social.
- D accountability.
- E governança pública.

Gabarito: E

Comentários: Vamos comentar as opções:

A) **Transparência pública:** Refere-se à disponibilização clara, acessível e tempestiva das informações sobre as atividades governamentais. A transparência é essencial para que os cidadãos possam monitorar e avaliar o desempenho dos agentes públicos, mas por si só não abrange todos os mecanismos de resguardo dos interesses da sociedade.

B) **Governabilidade institucional:** Refere-se à capacidade do governo ou de uma instituição de exercer poder e tomar decisões eficazes. Enquanto isso é crucial para o funcionamento eficiente do governo, não se refere especificamente aos mecanismos que resguardam interesses contra conflitos de agência.

C) **Responsabilidade social:** Normalmente é associada às práticas empresariais que consideram os impactos sociais e ambientais de suas atividades. Não está diretamente ligada ao resguardo dos interesses da sociedade em relação a conflitos de agência no contexto da administração pública.

D) **Accountability:** Este é um conceito que se refere à responsabilização ou prestação de contas por parte dos agentes públicos em relação às suas ações e decisões. É um mecanismo essencial para garantir que os agentes atuem em favor dos interesses dos principais (neste caso, a sociedade), mas novamente, por si só, não cobre a amplitude dos mecanismos de resguardo.

E) **Governança pública:** É o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, visando à condução de políticas públicas e à

prestação de serviços de interesse da sociedade. Engloba diversos princípios, como transparência, responsabilidade, prestação de contas e eficácia. Dessa forma, a governança pública é um conceito mais amplo que engloba vários mecanismos, incluindo aqueles que resguardam os interesses da sociedade contra conflitos de agência.

Logo, a letra E é a resposta mais adequada, porquanto a governança pública é o conjunto abrangente de mecanismos que visam resguardar os interesses da sociedade e dos cidadãos, particularmente contra conflitos de agência.

11 CEBRASPE/2023

Se um governo eleito legitimamente apresentar baixa capacidade de formular e implementar suas políticas públicas em decorrência da ineficiência de sua estrutura administrativa, estará ocorrendo um problema relacionado

A ao clientelismo.

B ao corporativismo.

C ao neocorporativismo.

D à governabilidade.

E à governança.

Gabarito: E

Comentários: Para entender melhor, vamos analisar as opções:

A) Clientelismo: refere-se a um sistema no qual serviços públicos são trocados por apoio político, favores ou outras formas de lealdade pessoal.

B) Corporativismo: é um sistema em que as grandes organizações (frequentemente relacionadas a setores ou indústrias) desempenham um papel determinante na formulação de políticas públicas.

C) Neocorporativismo: é uma forma atualizada do corporativismo, onde há uma relação mais colaborativa e institucionalizada entre o Estado e os grupos de interesse.

D) Governabilidade: refere-se à capacidade de um governo de manter a estabilidade e a ordem, bem como de exercer efetivamente seu poder sem oposição excessiva.

E) Governança: é sobre como o governo toma decisões, formula e implementa políticas públicas. Problemas na estrutura administrativa que afetam a capacidade de formular e implementar políticas estão diretamente relacionados a questões de governança.

Desse modo, a resposta correta é a letra E. Isso porque, quando um governo tem problemas na formulação e implementação de suas políticas devido à ineficiência de sua estrutura administrativa, está enfrentando um problema de governança.

DEFINIÇÕES DE GOVERNANÇA PÚBLICA

Segundo o Decreto nº 9.203/2017, governança pública pode ser definida como um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

Em sentido semelhante, o Tribunal de Contas da União conceitua Governança Pública como a aplicação de práticas de liderança, de estratégia e de controle, que permitem aos mandatários de uma organização pública e às partes nela interessadas avaliar sua situação e demandas, direcionar a sua atuação e monitorar o seu funcionamento, de modo a aumentar as chances de entrega de bons resultados aos cidadãos, em termos de serviços e de políticas públicas. Este conceito, derivado principalmente da governança corporativa, foi delineado e adotado pelo TCU em virtude do propósito de apoiar a melhoria do desempenho das organizações públicas jurisdicionadas.

Os aspectos comuns entre as definições de governança pública dadas pelo Decreto nº 9.203/2017 e pelo Tribunal de Contas da União (TCU) são:

- Liderança, Estratégia e Controle: Ambas as definições mencionam a importância da liderança, da estratégia e do controle no contexto da governança pública.
- Avaliar, Direcionar e Monitorar: Estes três verbos são centrais nas duas definições e indicam as principais atividades da governança,

que são avaliar a situação e as demandas, direcionar a atuação de acordo com as necessidades e monitorar o funcionamento e a execução das políticas.

- Entrega de Resultados à Sociedade: Ambas as definições salientam o objetivo da governança pública em entregar bons resultados, seja em termos de serviços ou políticas públicas, para o bem da sociedade.
- Interesse da Sociedade: O foco da governança pública, segundo ambas as definições, é atender ao interesse da sociedade e garantir que as ações e políticas públicas estejam alinhadas com as necessidades e demandas dos cidadãos.
- Derivação da Governança Corporativa: A definição do TCU reconhece explicitamente que seu conceito de governança pública é derivado da governança corporativa, o que implica uma ênfase na eficiência, responsabilidade e transparência na gestão.

O Banco Mundial define governança como "a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos econômicos e sociais de um país, visando ao desenvolvimento". Essa definição enfatiza a importância da forma como as decisões são tomadas e como as autoridades públicas e privadas interagem, colaboram e como os cidadãos e as partes interessadas estão envolvidos nos processos de tomada de decisão.

Para o Tribunal de Contas da União (2014), Governança é um termo amplamente utilizado em diversos setores da sociedade, com diferentes significados dependendo da perspectiva de análise. Entre as definições mais conhecidas e utilizadas estão as seguintes:

Governança corporativa: pode ser entendida como o sistema pelo qual as organizações são dirigidas e controladas (CADBURY, 1992; ABNT NBR ISO/IEC 38500, 2009). Refere-se ao conjunto de mecanismos de convergência de interesses de atores direta e indiretamente impactados pelas atividades das organizações (SHLEIFER; VISHNY, 1997), mecanismos esses que protegem os investidores externos da expropriação pelos internos (gestores e acionistas controladores) (LA PORTA et al., 2000).

Governança pública: pode ser entendida como o sistema que determina o equilíbrio de poder entre os envolvidos — cidadãos, representantes eleitos (governantes), alta administração, gestores e colaboradores — com vistas a permitir que o bem comum prevaleça

sobre os interesses de pessoas ou grupos (MATIAS-PEREIRA, 2010, adaptado).

Governança global: que pode ser entendida como o conjunto de instituições, mecanismos, relacionamentos e processos, formais e informais, entre Estado, mercado, cidadãos e organizações, internas ou externas ao setor público, através dos quais os interesses coletivos são articulados, direitos e deveres são estabelecidos e diferenças são mediadas (WEISS; THAKUR, 2010).

PERSPECTIVAS DE ANÁLISE DA GOVERNANÇA NO SETOR PÚBLICO

Ainda segundo o Tribunal de Contas da União (2014), a **governança no setor público** pode ser analisada sob quatro **PERSPECTIVAS**:



PERSPECTIVA SOCIEDADE E ESTADO

Esta perspectiva da governança pública se concentra na relação política entre a sociedade e o estado, direcionada ao desenvolvimento nacional e à gestão de recursos econômicos e sociais. Ela explora como o poder é exercido e como os governos são selecionados, monitorados e substituídos. Inclui a avaliação de:

- Estruturas democráticas.
- Processos de seleção e supervisão do governo.
- Organização e divisão de poder entre instituições.
- Ética dos representantes eleitos.
- Mecanismos institucionais de controle, como o sistema de pesos e contrapesos.
- Respeito dos cidadãos pelas instituições.

O objetivo principal é garantir que os interesses coletivos prevaleçam sobre os interesses individuais ou de grupos, visando ao bem-estar comum e ao cumprimento de objetivos coletivos.

2 PERSPECTIVA ENTES FEDERATIVOS, ESFERAS DE PODER E POLÍTICAS PÚBLICAS

Esta perspectiva da governança no setor público se centra na dimensão político-administrativa, abordando a criação, aplicação e eficácia das políticas públicas. Além disso, enfatiza a colaboração entre diversas organizações, transcendendo fronteiras funcionais internas. Aqui, a governança abrange:

- Coordenação de ações entre diferentes organizações.
- Exercício de controle quando múltiplos entes estão envolvidos.
- Estruturação da autoridade e divisão de poder e responsabilidade entre os atores.
- Alocação apropriada e oportuna de recursos.
- Capacidade do governo de alinhar ações de diferentes atores para efetivar políticas públicas.

Em resumo, é a competência do governo para desenvolver e colocar em prática políticas públicas de maneira eficaz, estabelecendo cooperação coordenada entre entidades públicas e privadas.

PERSPECTIVA DE ÓRGÃOS E ENTIDADES

Esta perspectiva da governança no setor público é voltada para a abordagem corporativa, centralizada em organizações e seus propósitos e resultados oferecidos aos cidadãos e usuários de serviços. Seu principal objetivo é garantir que as ações organizacionais se alinham ao interesse público. Nesse contexto, destacam-se:

- Integridade e Valores Éticos: A base para a confiança e a credibilidade da organização.
- Engajamento: Abertura para interação e participação ativa das partes interessadas.
- Resultados Sustentáveis: Estabelecimento de benefícios duradouros, abrangendo aspectos econômicos, sociais e ambientais.
- Intervenções: Ações para maximizar e otimizar resultados e benefícios.
- Desenvolvimento de Capacidades: Aprimoramento contínuo da organização, liderança e colaboradores.

- Gestão de Riscos e Desempenho: Monitoramento constante e adaptação, com controles internos e ferramentas de gestão financeira.
- Transparência e Accountability: Clareza nas ações e responsabilização, apoiada por boas práticas, incluindo prestação de contas.

Em resumo, foca-se na otimização dos resultados das organizações, garantindo que suas ações estejam alinhadas aos interesses da sociedade e promovendo a integridade, transparência e responsabilidade.

PERSPECTIVA DE ATIVIDADES INTRAORGANIZACIONAIS

Esta perspectiva da governança se centra na forma como as atividades e os recursos dentro de uma organização são dirigidos, gerenciados e avaliados. É a análise interna da organização e de seus processos. Os principais pontos abordados são:

- Processos Decisórios: O modo como as decisões são tomadas, considerando todos os níveis organizacionais.
- Estruturas Específicas: Os sistemas e estruturas específicos estabelecidos para garantir a boa governança.
- Relações Intraorganizacionais: A interação e comunicação entre diferentes setores e níveis da organização.
- Otimização de Recursos: Garantir que todos os recursos (humanos, financeiros, tecnológicos) sejam usados da maneira mais eficiente.
- Redução de Riscos: Identificação e gestão proativa de potenciais ameaças à organização.
- Agregação de Valor: As ações e processos que aumentam o valor e o impacto da organização.
- Alcance de Resultados: Garantir que a organização atenda às expectativas tanto das partes internas quanto externas.

Essa perspectiva se manifesta em várias áreas da organização, incluindo governança de pessoal, informação, tecnologia, logística, investimentos, orçamento, finanças e regulamentações.

A perspectiva de atividades intraorganizacionais foca em como os processos internos são gerenciados e otimizados para garantir que a organização funcione eficientemente e atinja seus objetivos.

BENEFÍCIOS DA BOA GOVERNANÇA

O Tribunal de Contas da União destaca, ainda, uma compilação elaborada pelo IFAC (2013), segundo a qual a boa governança no setor público permite:

- a) garantir a entrega de benefícios econômicos, sociais e ambientais para os cidadãos;
- b) garantir que a organização seja, e pareça, responsável para com os cidadãos;
- c) ter clareza acerca de quais são os produtos e serviços efetivamente prestados para cidadãos e usuários, e manter o foco nesse propósito;
- d) ser transparente, mantendo a sociedade informada acerca das decisões tomadas e dos riscos envolvidos;
- e) possuir e utilizar informações de qualidade e mecanismos robustos de apoio às tomadas de decisão;
- f) dialogar com e prestar contas à sociedade;
- g) garantir a qualidade e a efetividade dos serviços prestados aos cidadãos;
- h) promover o desenvolvimento contínuo da liderança e dos colaboradores;
- i) definir claramente processos, papéis, responsabilidades e limites de poder e de autoridade;
- j) institucionalizar estruturas adequadas de governança;
- k) selecionar a liderança tendo por base aspectos como conhecimento, habilidades e atitudes (competências individuais);
- l) avaliar o desempenho e a conformidade da organização e da liderança, mantendo um balanceamento adequado entre eles;
- m) garantir a existência de um sistema efetivo de gestão de riscos;
- n) utilizar-se de controles internos para manter os riscos em níveis adequados e aceitáveis;
- o) controlar as finanças de forma atenta, robusta e responsável; e
- p) prover aos cidadãos dados e informações de qualidade (confiáveis, tempestivas, relevantes e compreensíveis).

EXERCÍCIOS

1 CEBRASPE/2018

A governança na gestão pública envolve o gerenciamento de recursos humanos, econômicos e sociais com o propósito de gerar

- A controle social.
- B economicidade.
- C transparência.
- D accountability.
- E desenvolvimento.

2 FGV/2022

Governança é um conceito polissêmico, entretanto, esclarecido se considerarmos as diferentes perspectivas em que se desenvolve. Uma possível perspectiva está relacionada às inter-relações entre entes federativos, esferas de poder e atores públicos e privados no desempenho de programas e serviços públicos.

Trata-se da perspectiva:

- A corporativa;
- B de centro de governo;
- C de sociedade e Estado;
- D organizacional;
- E de políticas públicas.

3 CEBRASPE/2018

Julgue o próximo item, referente à governança no setor público.

Entre os objetivos da boa governança no setor público incluem-se garantir que a organização seja responsável com os cidadãos,

mantendo-os, por meio da transparência, informados sobre decisões e riscos.

4 CEBRASPE/2023/Q2953176

Julgue os itens subsequentes, a respeito dos modelos de governança e dos aspectos da administração pública burocrática e gerencial.

Um modelo de governança e gestão para a administração pública deve contribuir para o aperfeiçoamento da gestão, promover a transparência na aplicação dos recursos públicos e estimular o controle e a participação social nas ações e objetos executados.

5 CEBRASPE/2023/Q2953104

Julgue os itens seguintes, quanto à organização do Estado brasileiro e à governança na gestão pública.

A governança na gestão pública compreende o conjunto de instituições, normas e regras que determinam a atuação dos atores políticos e a gestão do aparelho do Estado.

EXERCÍCIOS COMENTADOS

1 CEBRASPE/2018

A governança na gestão pública envolve o gerenciamento de recursos humanos, econômicos e sociais com o propósito de gerar

A controle social.

B economicidade.

C transparência.

D accountability.

E desenvolvimento.

Gabarito: E

Comentário: O Banco Mundial define governança como "a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos econômicos e sociais de um país, visando ao desenvolvimento". Essa definição enfatiza a importância da forma como as decisões são tomadas e como

as autoridades públicas e privadas interagem, colaboram e como os cidadãos e as partes interessadas estão envolvidos nos processos de tomada de decisão.

2 FGV/2022

Governança é um conceito polissêmico, entretanto, esclarecido se considerarmos as diferentes perspectivas em que se desenvolve. Uma possível perspectiva está relacionada às inter-relações entre entes federativos, esferas de poder e atores públicos e privados no desempenho de programas e serviços públicos.

Trata-se da perspectiva:

A corporativa;

B de centro de governo;

C de sociedade e Estado;

D organizacional;

E de políticas públicas.

Gabarito: E

Comentário: A perspectiva que se refere às inter-relações entre entes federativos, esferas de poder e atores públicos e privados no desempenho de programas e serviços públicos é a de políticas públicas.

3 CEBRASPE/2018

Julgue o próximo item, referente à governança no setor público.

Entre os objetivos da boa governança no setor público incluem-se garantir que a organização seja responsável com os cidadãos, mantendo-os, por meio da transparência, informados sobre decisões e riscos.

Gabarito: Certo

Comentário: Entre os benefícios de uma boa governança, destacam-se os seguintes:

- a) garantir a entrega de benefícios econômicos, sociais e ambientais para os cidadãos;
- b) garantir que a organização seja, e pareça, responsável para com os cidadãos;

- c) ter clareza acerca de quais são os produtos e serviços efetivamente prestados para cidadãos e usuários, e manter o foco nesse propósito;
- d) ser transparente, mantendo a sociedade informada acerca das decisões tomadas e dos riscos envolvidos;
- e) possuir e utilizar informações de qualidade e mecanismos robustos de apoio às tomadas de decisão;
- f) dialogar com e prestar contas à sociedade;
- g) garantir a qualidade e a efetividade dos serviços prestados aos cidadãos;
- h) promover o desenvolvimento contínuo da liderança e dos colaboradores;
- i) definir claramente processos, papéis, responsabilidades e limites de poder e de autoridade;
- j) institucionalizar estruturas adequadas de governança;
- k) selecionar a liderança tendo por base aspectos como conhecimento, habilidades e atitudes (competências individuais);
- l) avaliar o desempenho e a conformidade da organização e da liderança, mantendo um balanceamento adequado entre eles;
- m) garantir a existência de um sistema efetivo de gestão de riscos;
- n) utilizar-se de controles internos para manter os riscos em níveis adequados e aceitáveis;
- o) controlar as finanças de forma atenta, robusta e responsável; e
- p) prover aos cidadãos dados e informações de qualidade (confiáveis, tempestivas, relevantes e compreensíveis).

4 CEBRASPE/2023/Q2953176

Julgue os itens subsequentes, a respeito dos modelos de governança e dos aspectos da administração pública burocrática e gerencial.

Um modelo de governança e gestão para a administração pública deve contribuir para o aperfeiçoamento da gestão, promover a transparência na aplicação dos recursos públicos e estimular o controle e a participação social nas ações e objetos executados.

Gabarito: Certo

Comentário: Essa afirmação está correta. Um modelo de governança e gestão para a administração pública deve, de fato, visar o aperfeiçoamento da gestão, garantir transparência na utilização dos recursos, e estimular o controle e a participação da sociedade.

5 CEBRASPE/2023/Q2953104

Julgue os itens seguintes, quanto à organização do Estado brasileiro e à governança na gestão pública.

A governança na gestão pública compreende o conjunto de instituições, normas e regras que determinam a atuação dos atores políticos e a gestão do aparelho do Estado.

Gabarito: Certo

Comentário:

Comentário: Governança, em qualquer contexto, envolve os mecanismos, processos e relações através dos quais os stakeholders (incluindo o público, em casos de governança pública) influenciam as ações e os resultados organizacionais. Portanto, envolve instituições, normas, e regras que direcionam a atuação dos envolvidos e a gestão de recursos e entidades.

MECANISMOS DE GOVERNANÇA

Segundo o Tribunal de Contas da União (2014), para que as funções de governança (avaliar, direcionar e monitorar) sejam executadas de forma satisfatória, alguns mecanismos devem ser adotados: a liderança, a estratégia e o controle.

1. Liderança: Liderança refere-se ao conjunto de práticas de natureza comportamental que asseguram as condições mínimas para o exercício da boa governança. As características fundamentais de um bom líder no contexto da governança incluem:

- Integridade
- Capacitação
- Competência
- Responsabilidade
- Motivação

Os componentes deste mecanismo são os seguintes:

- pessoas e competências (L1);
- princípios e comportamentos (L2);
- liderança organizacional (L3);
- sistema de governança (L4);

2. Estratégia: A estratégia é o processo de direcionamento essencial para a boa governança. Líderes são responsáveis por sua formulação e implementação, e este mecanismo envolve:

- Escuta ativa das demandas, necessidades e expectativas das partes interessadas.
- Avaliação do ambiente interno e externo da organização.
- Prospecção e avaliação de cenários futuros.
- Definição e alcance da estratégia global da organização.
- Estabelecimento e monitoramento de objetivos a curto, médio e longo prazo.
- Alinhamento das estratégias e operações das unidades de negócio e das organizações afetadas.

Os componentes deste mecanismo são os seguintes:

- relacionamento com partes interessadas (E1);
- estratégia organizacional (E2);
- alinhamento transorganizacional (E3);

3. Controle: O controle é um mecanismo crucial para a gestão dos riscos associados à execução da estratégia. Envolve:

- Avaliação e tratamento dos riscos associados à execução da estratégia.
- Estabelecimento e avaliação de controles internos.
- Garantia de transparência em todas as operações e decisões.

- Promoção da accountability, que envolve tanto a prestação de contas das ações realizadas como a responsabilização por quaisquer atos praticados.

Os componentes deste mecanismo são os seguintes:

- gestão de riscos e controle interno (C1);
- auditoria interna (C2); e
- accountability e transparência (C3).

Ainda conforme o Tribunal de Contas da União (2014), os referidos mecanismos (liderança, estratégica e controle), buscam realizar as FUNÇÕES DE GOVERNANÇA:

- avaliar o ambiente, os cenários, o desempenho e os resultados atuais e futuros;
- direcionar e orientar a preparação, a articulação e a coordenação de políticas e planos, alinhando as funções organizacionais às necessidades das partes interessadas (usuários dos serviços, cidadãos e sociedade em geral) e assegurando o alcance dos objetivos estabelecidos; e
- monitorar os resultados, o desempenho e o cumprimento de políticas e planos, confrontando-os com as metas estabelecidas e as expectativas das partes interessadas.

MECANISMOS GOVERNANÇA	DE	FUNÇÕES DE GOVERNANÇA
Liderança		Avaliar
Estratégia		Direcionar
Controle		Monitorar

DIFERENÇA ENTRE AS FUNÇÕES DE GOVERNANÇA E FUNÇÕES DE

GESTÃO

A governança e a gestão têm funções distintas, porém complementares. Enquanto a governança tem um foco mais estratégico e direcional, a gestão está mais ligada à execução e operacionalização das diretrizes definidas pela governança.

São funções da **governança**:

- a) definir o direcionamento estratégico;
- b) supervisionar a gestão;
- c) envolver as partes interessadas;
- d) gerenciar riscos estratégicos;
- e) gerenciar conflitos internos;
- f) auditar e avaliar o sistema de gestão e controle; e
- g) promover a accountability (prestação de contas e responsabilidade) e a transparência.

São funções de **gestão**:

- a) implementar programas;
- b) garantir a conformidade com as regulamentações;
- c) revisar e reportar o progresso de ações;
- d) garantir a eficiência administrativa;
- e) manter a comunicação com as partes interessadas; e
- f) avaliar o desempenho e aprender.

De forma mais didática, podemos utilizar o seguinte exemplo:

Governança: É como o "**cérebro**" da organização.

- **Direção**: Define a estratégia e o rumo a seguir.
- **Supervisão**: Acompanha de cima o desempenho e os resultados.
- **Relacionamento**: Estabelece um diálogo com todas as partes interessadas e garante que seus interesses e preocupações sejam considerados.
- **Riscos**: Identifica e gerencia riscos em nível estratégico, principalmente aqueles que podem afetar a missão e a visão da organização.

- **Conflitos:** Atua para solucionar conflitos que podem afetar a estratégia ou o cumprimento da missão da organização.
- **Auditoria:** Avalia a integridade e eficácia do sistema de gestão e controle.
- **Accountability e Transparência:** Garante que as ações da organização sejam transparentes e que os responsáveis prestem contas de suas ações.

Gestão: É como o "sistema nervoso e muscular" da organização.

- **Execução:** Implementa os programas e iniciativas definidos pela estratégia.
- **Conformidade:** Garante que todas as ações e operações estejam de acordo com as leis, regulamentos e diretrizes estabelecidas.
- **Reporte:** Monitora o progresso das ações e informa à governança.
- **Eficiência:** Assegura que os recursos sejam usados da melhor maneira possível para obter os resultados desejados.
- **Comunicação:** Mantém um fluxo de informação contínuo com as partes interessadas a nível operacional.
- **Avaliação e Aprendizado:** Analisa o desempenho das ações, identifica áreas de melhoria e implementa aprendizados.

Enquanto a **governança** é a estrutura de decisão, a **gestão** é a estrutura de ação. Uma não funciona sem a outra: a governança define o que deve ser feito e a gestão faz acontecer.

EXERCÍCIOS

1 CEBRASPE/2018

No que se refere aos mecanismos e arranjos de governança e financiamento de políticas públicas no Brasil, julgue o item a seguir.

Liderança, estratégia e controle são considerados exemplos de mecanismos de governança.

2 CEBRASPE/2023/Q2947322

No que diz respeito à governança na gestão pública, julgue o item subsequente.

Relaciona-se diretamente ao mecanismo de controle e governança o ato de mensurar o desempenho de uma administração com o propósito de verificar se ela está atendendo à sua finalidade básica.

3 FGV/2017

Na estruturação da política de governança em uma entidade pública, o Referencial Básico de Governança Pública (TCU, 2014) recomenda que sejam considerados quatro níveis de análise, a saber:



Um dos componentes relacionados ao mecanismo da Estratégia refere-se a:

- A accountability e transparência;
- B auditoria interna;
- C princípios e comportamentos;
- D relacionamento com partes interessadas;
- E sistema de governança.

4 CEBRASPE/2023

A gestão pública deve evitar a intermediação de interesses com uma boa governança de órgãos e entidades da administração pública. Para garantir a boa governança é necessário envolver algumas funções básicas que se encontram definidas em um referencial, compreendidas como mecanismos de legitimidade, equidade e transparência na atuação da gestão pública. São considerados referenciais básicos de governança organizacional, os mecanismos que visam

I monitorar os resultados, o desempenho e o cumprimento dos planos.

II avaliar o ambiente, os cenários o desempenho e os resultados.

III direcionar e orientar a preparação, a articulação e a coordenação de políticas e planos, alinhando as funções organizacionais às necessidades das partes interessadas e assegurando o alcance dos objetivos estabelecidos.

IV desenvolver a democracia e o desenvolvimento mútuo da administração pública e da sociedade.

Estão certos apenas os itens

A I , II e IV.

B I, II e III.

C II, III e IV.

D I, III e IV.

5 CEBRASPE/2021

O conceito de governança se fortaleceu na década de 90 do século passado, nos Estados Unidos da América, para o enfrentamento do chamado conflito de agência ou conflito agente-principal. Acerca desse assunto, julgue o item a seguir.

A governança está ligada às autoridades máximas da organização, responsáveis por sua estratégia e por avaliar, direcionar e monitorar o rumo que a organização deve tomar.

6 CEBRASPE/2017

Governança pública refere-se à forma de gerenciamento de recursos de um país. Um de seus princípios basilares é a

A transparência, que envolve a disponibilização de informações como estratégia de combate à corrupção.

B cidadania, que é obtida com a participação compulsória de cidadãos em conselhos populares.

C accountability, que se refere à capacidade do Estado de executar sua gestão e implementar políticas públicas.

D responsabilidade civil, que se refere à pressão popular para o cumprimento das normas da administração pública.

E economia de custos, o que exige que o Estado privilegie o menor custo em todas as suas compras e contratos.

EXERCÍCIOS COMENTADOS

1 CEBRASPE/2018

No que se refere aos mecanismos e arranjos de governança e financiamento de políticas públicas no Brasil, julgue o item a seguir.

Liderança, estratégia e controle são considerados exemplos de mecanismos de governança.

Gabarito: Certo

Comentário: Liderança, estratégia e controle são, de fato, mecanismos essenciais de governança. A liderança estabelece as diretrizes e práticas comportamentais para garantir a boa governança. A estratégia direciona como a organização ou entidade pública vai alcançar seus objetivos, e o controle envolve a gestão de riscos, o estabelecimento e avaliação de controles internos, e a promoção de transparência e accountability. Em conjunto, esses mecanismos asseguram que os princípios e objetivos da governança sejam efetivamente implementados e mantidos em políticas públicas.

2 CEBRASPE/2023/Q2947322

No que diz respeito à governança na gestão pública, julgue o item subsequente.

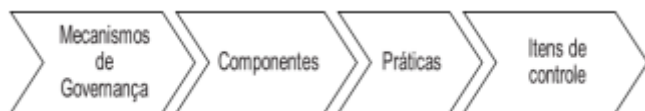
Relaciona-se diretamente ao mecanismo de controle e governança o ato de mensurar o desempenho de uma administração com o propósito de verificar se ela está atendendo à sua finalidade básica.

Gabarito: Certo

Comentário: Mensurar o desempenho de uma administração para verificar se ela está atendendo à sua finalidade básica é uma atividade intrínseca ao mecanismo de controle na governança. O controle envolve a avaliação de processos, gestão de riscos, verificação do cumprimento de diretrizes e metas, e a mensuração do desempenho. Ao fazer isso, as instituições podem assegurar que estão operando de forma eficiente e eficaz e, conseqüentemente, atendendo às expectativas e necessidades dos cidadãos.

3 FGV/2017

Na estruturação da política de governança em uma entidade pública, o Referencial Básico de Governança Pública (TCU, 2014) recomenda que sejam considerados quatro níveis de análise, a saber:



Um dos componentes relacionados ao mecanismo da Estratégia refere-se a:

- A accountability e transparência;
- B auditoria interna;
- C princípios e comportamentos;
- D relacionamento com partes interessadas;
- E sistema de governança.

Gabarito: D

Comentário: Os componentes do mecanismo estratégia são os seguintes:

- relacionamento com partes interessadas (E1);
- estratégia organizacional (E2);
- alinhamento transorganizacional (E3);

Desse modo, o gabarito é a letra D.

4 CEBRASPE/2023

A gestão pública deve evitar a intermediação de interesses com uma boa governança de órgãos e entidades da administração pública. Para garantir a boa governança é necessário envolver algumas funções básicas que se encontram definidas em um referencial, compreendidas como mecanismos de legitimidade, equidade e transparência na atuação da gestão pública. São considerados referenciais básicos de governança organizacional, os mecanismos que visam

I monitorar os resultados, o desempenho e o cumprimento dos planos.

II avaliar o ambiente, os cenários o desempenho e os resultados.

III direcionar e orientar a preparação, a articulação e a coordenação de políticas e planos, alinhando as funções organizacionais às necessidades das partes interessadas e assegurando o alcance dos objetivos estabelecidos.

IV desenvolver a democracia e o desenvolvimento mútuo da administração pública e da sociedade.

Estão certos apenas os itens

A I , II e IV.

B I, II e III.

C II, III e IV.

D I, III e IV.

Gabarito: B

Comentário: Os mecanismos de governança (liderança, estratégica e controle), buscam realizar as FUNÇÕES DE GOVERNANÇA, que são as seguintes:

a) avaliar o ambiente, os cenários, o desempenho e os resultados atuais e futuros;

b) direcionar e orientar a preparação, a articulação e a coordenação de políticas e planos, alinhando as funções organizacionais às necessidades das partes interessadas (usuários dos serviços, cidadãos e sociedade em geral) e assegurando o alcance dos objetivos estabelecidos; e

c) monitorar os resultados, o desempenho e o cumprimento de políticas e planos, confrontando-os com as metas estabelecidas e as expectativas das partes interessadas.

Desse modo, apenas os itens I, II e III estão corretos.

5 CEBRASPE/2021

O conceito de governança se fortaleceu na década de 90 do século passado, nos Estados Unidos da América, para o enfrentamento do chamado conflito de agência ou conflito agente-principal. Acerca desse assunto, julgue o item a seguir.

A governança está ligada às autoridades máximas da organização, responsáveis por sua estratégia e por avaliar, direcionar e monitorar o rumo que a organização deve tomar.

Gabarito: Certo

Comentário: A governança envolve um conjunto de processos, costumes, políticas, leis e instituições que afetam a maneira como uma organização é dirigida, administrada ou controlada. Ela também

engloba o relacionamento entre os muitos stakeholders envolvidos e os objetivos pelos quais a organização é governada.

Na maioria das organizações, incluindo corporações, o conceito de governança se relaciona principalmente com o conselho de administração ou o órgão equivalente que é responsável pelas estratégias e pelo monitoramento do desempenho da organização. Essas autoridades são encarregadas de estabelecer a visão, a missão, a estratégia e os objetivos gerais da organização, bem como de monitorar e avaliar o progresso em direção a esses objetivos.

Além disso, uma boa governança requer transparência, responsabilidade, equidade e eficácia, garantindo que as organizações sejam conduzidas de uma maneira que atenda aos melhores interesses de todos os stakeholders envolvidos.

6 CEBRASPE/2017

Governança pública refere-se à forma de gerenciamento de recursos de um país. Um de seus princípios basilares é a

A transparência, que envolve a disponibilização de informações como estratégia de combate à corrupção.

B cidadania, que é obtida com a participação compulsória de cidadãos em conselhos populares.

C accountability, que se refere à capacidade do Estado de executar sua gestão e implementar políticas públicas.

D responsabilidade civil, que se refere à pressão popular para o cumprimento das normas da administração pública.

E economia de custos, o que exige que o Estado privilegie o menor custo em todas as suas compras e contratos.

Gabarito: A

Comentário:

A) Correta porque a transparência, de fato, envolve a disponibilização de informações como estratégia de combate à corrupção.

B) Errado porque a cidadania não é obtida por meio de participação compulsória. A participação cidadã deve ser voluntária e inclusiva, não forçada.

C) Errado porque "accountability" se refere à prestação de contas e à responsabilidade dos agentes públicos em relação às suas ações e

decisões. Não se refere diretamente à capacidade do Estado de executar sua gestão.

D) Errado porque a "responsabilidade civil" se refere à obrigação de reparar um dano que foi causado a outra pessoa. Não está diretamente relacionado à pressão popular para cumprimento das normas administrativas.

E) Errado porque, embora a economia de recursos seja uma prática desejável na gestão pública, a governança pública não exige que o Estado sempre privilegie o menor custo em absolutamente todas as suas compras e contratos. Em muitos casos, a qualidade, a durabilidade, o impacto ambiental, entre outros fatores, podem ser tão ou mais relevantes que o preço.

PRINCÍPIOS DA GOVERNANÇA PÚBLICA

Conforme o Guia da Política de Governança Pública e o art. 3º do Decreto nº 9.203/2017, são princípios da governança pública os seguintes:

Capacidade de resposta: A capacidade de resposta (do inglês, responsiveness) representa a competência de uma instituição pública de atender de forma eficiente e eficaz às necessidades dos cidadãos, inclusive antevendo interesses e antecipando aspirações.

Integridade: A integridade tradicionalmente representa a busca pela prevenção da corrupção e pelo fortalecimento dos padrões morais de conduta.

Confiabilidade: A confiabilidade (do inglês, reliability) representa a capacidade das instituições de minimizar as incertezas para os cidadãos nos ambientes econômico, social e político.

Melhoria regulatória: A melhoria regulatória (do inglês, better regulation) representa o desenvolvimento e a avaliação de políticas e de atos normativos em um processo transparente, baseado em evidências e orientado pela visão de cidadãos e partes diretamente interessadas (European Commission, 2016). Não se restringe, portanto, à regulação econômica de setores específicos realizada pelas agências reguladoras.

Prestação de contas e responsabilidade: Prestação de contas e responsabilidade (no inglês, accountability) representa a vinculação necessária, notadamente na administração de recursos públicos, entre

decisões, condutas e competências e seus respectivos responsáveis. Trata-se de manter uma linha clara e objetiva entre as justificativas e os resultados da atuação administrativa, de um lado, e os agentes públicos que dela tomarem parte, de outro.

Transparência: A transparência representa o compromisso da administração pública com a divulgação das suas atividades, prestando informações confiáveis, relevantes e tempestivas à sociedade. Inserida em um conjunto de princípios centrais que orienta a atividade pública, a transparência é um dos pilares para a construção de um governo aberto (open government).

Por outro lado, de acordo com Vieira e Barreto (2019) “é muito difícil estabelecer um referencial único de governança, aplicável a todas as formas de agências públicas; embora, princípios de boa governança sejam reconhecidamente compartilhados entre todos os modelos adotados (IFAC, 2001, p. 1-2; IFAC, 2013, p. 8-9)”. Os referidos autores fazem referência ao relatório Cadbury (1992), no qual são especificados três desses princípios: a transparência (openness), a integridade (integrity) e a responsividade (accountability)”

Transparência (openness): A transparência é necessária para assegurar que as partes interessadas tenham confiança no processo decisório e ações das agências públicas na gestão de suas atividades e nos agentes dentro delas. Ser transparente por meio de consulta às partes interessadas e comunicação completa e acurada da informação permite a ação tempestiva e efetiva e promove o seu necessário escrutínio público.

Integridade (Integrity): A integridade envolve uma negociação direta e confiável, baseada na honestidade e na objetividade, protegida por padrões elevados de probidade na aplicação dos recursos públicos e gestão dos assuntos de interesse público. Depende da efetividade do referencial de controle e do profissionalismo dos agentes que integram essas entidades. Está refletida nos procedimentos decisórios e na qualidade de seus relatórios financeiros e de desempenho.

Responsividade (Accountability): A responsividade é o processo por meio do qual as agências públicas e os agentes dentro delas são chamados à responsabilidade por suas ações e decisões, incluindo a aplicação dos recursos públicos e todos os demais aspectos de desempenho, submetendo-se ao escrutínio público. Isto é alcançado quando todas as partes têm um claro entendimento de suas responsabilidades e dispõem de papéis bem definidos dentro de um determinado processo organizacional. É, de fato, a obrigação do agente de responder pela responsabilidade que lhe foi conferida.

O Tribunal de Contas da União, por sua vez, trouxe uma perspectiva sugerida pelo Banco Mundial, segundo o qual os princípios básicos da Governança para o Setor Público são os seguintes:

a) Legitimidade: princípio jurídico fundamental do Estado Democrático de Direito e critério informativo do controle externo da administração pública que amplia a incidência do controle para além da aplicação isolada do critério da legalidade. Não basta verificar se a lei foi cumprida, mas se o interesse público, o bem comum, foi alcançado. Admite o ceticismo profissional de que nem sempre o que é legal é legítimo (BRASIL, 2012).

b) Equidade: promover a equidade é garantir as condições para que todos tenham acesso ao exercício de seus direitos civis - liberdade de expressão, de acesso à informação, de associação, de voto, igualdade entre gêneros -, políticos e sociais - saúde, educação, moradia, segurança (BRASIL, 2010c).

c) Responsabilidade: diz respeito ao zelo que os agentes de governança devem ter pela sustentabilidade das organizações, visando sua longevidade, incorporando considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações (IBGC, 2010).

d) Eficiência: é fazer o que é preciso ser feito com qualidade adequada ao menor custo possível. Não se trata de redução de custo de qualquer maneira, mas de buscar a melhor relação entre qualidade do serviço e qualidade do gasto (BRASIL, 2010c).

e) Probidade: trata-se do dever dos servidores públicos de demonstrar probidade, zelo, economia e observância às regras e aos procedimentos do órgão ao utilizar, arrecadar, gerenciar e administrar bens e valores públicos. Enfim, refere-se à obrigação que têm os servidores de demonstrar serem dignos de confiança (IFAC, 2001).

f) Transparência: caracteriza-se pela possibilidade de acesso a todas as informações relativas à organização pública, sendo um dos requisitos de controle do Estado pela sociedade civil. A adequada transparência resulta em um clima de confiança, tanto internamente quanto nas relações de órgãos e entidades com terceiros.

g) Accountability: As normas de auditoria da Intosai conceituam accountability como a obrigação que têm as pessoas ou entidades às quais se tenham confiado recursos, incluídas as empresas e organizações públicas, de assumir as responsabilidades de ordem fiscal, gerencial e programática que lhes foram conferidas, e de informar a quem lhes delegou essas responsabilidades (BRASIL, 2011). Espera-se que os agentes de governança prestem contas de sua

atuação de forma voluntária, assumindo integralmente as consequências de seus atos e omissões (IBGC, 2010).

Em síntese, não há um quadro fechado acerca de quais são esses princípios, podendo variar de acordo com a abordagem de cada banca examinadora.

Princípios de Governança no Setor Público: Uma Comparação Interreferencial

A governança no setor público, embora compartilhe algumas semelhanças com a governança corporativa do setor privado, é única em sua natureza e finalidade. Diversas fontes e instituições estabeleceram princípios fundamentais para orientar a boa prática da governança no setor público, enfatizando a necessidade de garantir eficiência, transparência, responsividade, entre outros valores cruciais.

O Decreto nº 9.203/2017, junto ao Guia da Política de Governança Pública, apresenta uma série de princípios que buscam guiar as ações administrativas no contexto governamental brasileiro. Paralelamente, obras acadêmicas, como a de Vieira e Barreto (2019), também exploram esses princípios, muitas vezes dando ênfase a nuances ou abordagens ligeiramente diferentes. A perspectiva internacional, representada aqui pelo Tribunal de Contas da União em conjunto com o Banco Mundial, também contribui com seu próprio conjunto de princípios.

Para fornecer uma visão mais integrada e clara destas abordagens, a tabela a seguir agrupa e compara os princípios de governança identificados por cada fonte. Através dela, é possível perceber tanto as convergências quanto as peculiaridades de cada referência, fornecendo um panorama mais completo e abrangente do conceito de governança no setor público.

Princípio Agrupado	Decreto nº 9.203/2017 e Guia	Vieira e Barreto (2019)	TCU e Banco Mundial
Capacidade de Resposta/Responsividade	✓	✓	
Integridade/Probidade	✓	✓	✓
Confiabilidade	✓		
Melhoria Regulatória	✓		
Prestação de Contas, Responsabilidade e Accountability	✓	✓	✓
Transparência (incluindo openness)	✓	✓	✓
Legitimidade			✓
Equidade			✓

Eficiência			✓
-------------------	--	--	---

EXERCÍCIOS

1 FGV/2017/Q908052

Quando um ente da administração pública capacita seus colaboradores para que, como agentes de governança, tenham zelo pela sustentabilidade da organização, visando sua longevidade, sob a perspectiva da ordem social e ambiental, há um claro alinhamento com o princípio da:

- A) accountability;
- B) eficiência;
- C) equidade;
- D) legitimidade;
- E) responsabilidade.

2 CEBRASPE/2018

Acerca dos mecanismos governamentais para preservação da priorização do interesse público na gestão pública brasileira, julgue o item que segue.

Ética, transparência e responsabilidade social são os princípios que sustentam o conceito de governança na gestão pública.

3 FGV/2017

Ao analisar os documentos relativos à prestação de contas de ente público, os analistas de um órgão de controle e fiscalização se detiveram em um contrato específico de prestação de serviços em que todos as regras de licitação e contratação foram cumpridas.

Porém, segundo os analistas, o contrato não atendia ao interesse público, principalmente por ter sido executado em período de crise econômica, em que diversos serviços essenciais sofreram cortes, e investimentos prioritários não foram realizados.

A observação dos analistas está alinhada com o seguinte princípio básico de governança no setor público:

- A accountability;
- B equidade;
- C eficiência;
- D legitimidade;
- E responsabilidade.

4 FGV/2023

Um dos princípios de governança que serve de guia para a atuação das organizações públicas diz respeito às ações organizacionais e ao comportamento do agente público, referindo-se à adesão e ao alinhamento consistentes nos valores, princípios e normas éticas comuns para sustentar e priorizar o interesse público sobre os interesses privados. Esse é o princípio da:

- A accountability;
- B equidade;
- C integridade;
- D participação;
- E transparência.

5 CEBRASPE/2023/Q2827263

A capacidade política do Estado de governar e decidir tem origem na sua legitimidade democrática e política apresentada à sociedade — a credibilidade do exercício do poder, o que contribui para o desenvolvimento e o emprego dos princípios da boa governança, como

- A) equidade, legitimidade, eficiência e probidade.
- B) accountability, eficácia, legitimidade e responsabilidade.
- C) eficácia, transparência, legitimidade e accountability.

D) democracia, eficiência, probidade e transparência.

6 CEBRASPE/2022

Com relação aos componentes de controle interno denominados ambiente de controle, atividades de controle e informação e comunicação, julgue o item a seguir.

Um princípio de boa governança a ser seguido por órgãos e entidades do Poder Executivo Federal é a integridade, que diz respeito ao zelo que se espera do gestor na definição de estratégias e na execução de ações voltadas à aplicação dos recursos públicos.

7 FGV/2023

Com relação à governança no setor público, assinale a opção que apresenta corretamente um de seus princípios e a sua definição.

A A responsabilidade caracteriza-se pela possibilidade de acesso a todas as informações do setor público.

B A equidade visa a garantir que todos tenham acesso ao exercício de seus direitos civis.

C A legitimidade relaciona-se com a prestação de contas por responsáveis por recursos públicos, bem como a sua devida responsabilização.

D A probidade refere-se ao zelo que os servidores devem ter pela sustentabilidade da organização.

E A responsividade diz respeito ao dever de desempenhar as atividades com o menor custo possível, independentemente da qualidade.

EXERCÍCIOS COMENTADOS

1 FGV/2017/Q908052

Quando um ente da administração pública capacita seus colaboradores para que, como agentes de governança, tenham zelo pela sustentabilidade da organização, visando sua longevidade, sob a perspectiva da ordem social e ambiental, há um claro alinhamento com o princípio da:

- A) accountability;
- B) eficiência;
- C) equidade;
- D) legitimidade;
- E) responsabilidade.

Gabarito: E

Comentário: A questão aborda os princípios destacados pelo Banco Mundial, sendo que o enunciado descreve o princípio da responsabilidade, que diz respeito ao zelo que os agentes de governança devem ter pela sustentabilidade das organizações, visando sua longevidade, incorporando considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações.

2 CEBRASPE/2018

Acerca dos mecanismos governamentais para preservação da priorização do interesse público na gestão pública brasileira, julgue o item que segue.

Ética, transparência e responsabilidade social são os princípios que sustentam o conceito de governança na gestão pública.

Gabarito: Certo

Comentário: Nessa questão, temos a visão de Vieira e Barreto (2019), que destacam os princípios contidos no relatório Cadbury (1992), no qual são especificados três princípios: a transparência (openness), a integridade (integrity) e a responsividade (accountability).

3 FGV/2017

Ao analisar os documentos relativos à prestação de contas de ente público, os analistas de um órgão de controle e fiscalização se detiveram em um contrato específico de prestação de serviços em que todos as regras de licitação e contratação foram cumpridas.

Porém, segundo os analistas, o contrato não atendia ao interesse público, principalmente por ter sido executado em período de crise econômica, em que diversos serviços essenciais sofreram cortes, e investimentos prioritários não foram realizados.

A observação dos analistas está alinhada com o seguinte princípio básico de governança no setor público:

A accountability;

B equidade;

C eficiência;

D legitimidade;

E responsabilidade.

Gabarito: D

Comentário: A questão aborda os princípios destacados pelo Banco Mundial, sendo que o enunciado descreve o princípio da legitimidade, princípio jurídico fundamental do Estado Democrático de Direito e critério informativo do controle externo da administração pública que amplia a incidência do controle para além da aplicação isolada do critério da legalidade. Não basta verificar se a lei foi cumprida, mas se o interesse público, o bem comum, foi alcançado. Admite o ceticismo profissional de que nem sempre o que é legal é legítimo.

4 FGV/2023

Um dos princípios de governança que serve de guia para a atuação das organizações públicas diz respeito às ações organizacionais e ao comportamento do agente público, referindo-se à adesão e ao alinhamento consistentes nos valores, princípios e normas éticas comuns para sustentar e priorizar o interesse público sobre os interesses privados. Esse é o princípio da:

A accountability;

B equidade;

C integridade;

D participação;

E transparência.

Gabarito: C

Comentário: Conforme o Guia da Política de Governança Pública e o art. 3º do Decreto nº 9.203/2017, um dos princípios da governança pública é a integridade, que tradicionalmente representa a busca pela prevenção da corrupção e pelo fortalecimento dos padrões morais de conduta.

5 CEBRASPE/2023/Q2827263

A capacidade política do Estado de governar e decidir tem origem na sua legitimidade democrática e política apresentada à sociedade — a credibilidade do exercício do poder, o que contribui para o desenvolvimento e o emprego dos princípios da boa governança, como

- A) equidade, legitimidade, eficiência e probidade.
- B) accountability, eficácia, legitimidade e responsabilidade.
- C) eficácia, transparência, legitimidade e accountability.
- D) democracia, eficiência, probidade e transparência.

Gabarito: A

Comentário: O Tribunal de Contas da União trouxe uma perspectiva sugerida pelo Banco Mundial, segundo o qual os princípios básicos da Governança para o Setor Público são os seguintes:

a) Legitimidade: princípio jurídico fundamental do Estado Democrático de Direito e critério informativo do controle externo da administração pública que amplia a incidência do controle para além da aplicação isolada do critério da legalidade. Não basta verificar se a lei foi cumprida, mas se o interesse público, o bem comum, foi alcançado. Admite o ceticismo profissional de que nem sempre o que é legal é legítimo (BRASIL, 2012).

b) Equidade: promover a equidade é garantir as condições para que todos tenham acesso ao exercício de seus direitos civis - liberdade de expressão, de acesso à informação, de associação, de voto, igualdade entre gêneros -, políticos e sociais - saúde, educação, moradia, segurança (BRASIL, 2010c).

c) Responsabilidade: diz respeito ao zelo que os agentes de governança devem ter pela sustentabilidade das organizações, visando sua longevidade, incorporando considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações (IBGC, 2010).

d) Eficiência: é fazer o que é preciso ser feito com qualidade adequada ao menor custo possível. Não se trata de redução de custo de qualquer maneira, mas de buscar a melhor relação entre qualidade do serviço e qualidade do gasto (BRASIL, 2010c).

e) Probidade: trata-se do dever dos servidores públicos de demonstrar probidade, zelo, economia e observância às regras e aos procedimentos do órgão ao utilizar, arrecadar, gerenciar e administrar

bens e valores públicos. Enfim, refere-se à obrigação que têm os servidores de demonstrar serem dignos de confiança (IFAC, 2001).

f) Transparência: caracteriza-se pela possibilidade de acesso a todas as informações relativas à organização pública, sendo um dos requisitos de controle do Estado pela sociedade civil. A adequada transparência resulta em um clima de confiança, tanto internamente quanto nas relações de órgãos e entidades com terceiros.

g) Accountability: As normas de auditoria da Intosai conceituam accountability como a obrigação que têm as pessoas ou entidades às quais se tenham confiado recursos, incluídas as empresas e organizações públicas, de assumir as responsabilidades de ordem fiscal, gerencial e programática que lhes foram conferidas, e de informar a quem lhes delegou essas responsabilidades (BRASIL, 2011). Espera-se que os agentes de governança prestem contas de sua atuação de forma voluntária, assumindo integralmente as consequências de seus atos e omissões (IBGC, 2010).

Logo, a única opção que descreve os princípios da governança no setor público é a letra A.

6 CEBRASPE/2022

Com relação aos componentes de controle interno denominados ambiente de controle, atividades de controle e informação e comunicação, julgue o item a seguir.

Um princípio de boa governança a ser seguido por órgãos e entidades do Poder Executivo Federal é a integridade, que diz respeito ao zelo que se espera do gestor na definição de estratégias e na execução de ações voltadas à aplicação dos recursos públicos.

Gabarito: Errado

Comentário: A questão aborda os princípios destacados pelo Banco Mundial, sendo que o enunciado descreve o princípio da responsabilidade, que diz respeito ao zelo que os agentes de governança devem ter pela sustentabilidade das organizações, visando sua longevidade, incorporando considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações.

7 FGV/2023

Com relação à governança no setor público, assinale a opção que apresenta corretamente um de seus princípios e a sua definição.

A A responsabilidade caracteriza-se pela possibilidade de acesso a todas as informações do setor público.

B A equidade visa a garantir que todos tenham acesso ao exercício de seus direitos civis.

C A legitimidade relaciona-se com a prestação de contas por responsáveis por recursos públicos, bem como a sua devida responsabilização.

D A probidade refere-se ao zelo que os servidores devem ter pela sustentabilidade da organização.

E A responsividade diz respeito ao dever de desempenhar as atividades com o menor custo possível, independentemente da qualidade.

Gabarito: B

Comentário: O Tribunal de Contas da União trouxe uma perspectiva sugerida pelo Banco Mundial, segundo o qual os princípios básicos da Governança para o Setor Público são os seguintes:

a) Legitimidade: princípio jurídico fundamental do Estado Democrático de Direito e critério informativo do controle externo da administração pública que amplia a incidência do controle para além da aplicação isolada do critério da legalidade. Não basta verificar se a lei foi cumprida, mas se o interesse público, o bem comum, foi alcançado. Admite o ceticismo profissional de que nem sempre o que é legal é legítimo (BRASIL, 2012).

b) Equidade: promover a equidade é garantir as condições para que todos tenham acesso ao exercício de seus direitos civis - liberdade de expressão, de acesso à informação, de associação, de voto, igualdade entre gêneros -, políticos e sociais - saúde, educação, moradia, segurança (BRASIL, 2010c).

c) Responsabilidade: diz respeito ao zelo que os agentes de governança devem ter pela sustentabilidade das organizações, visando sua longevidade, incorporando considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações (IBGC, 2010).

d) Eficiência: é fazer o que é preciso ser feito com qualidade adequada ao menor custo possível. Não se trata de redução de custo de qualquer maneira, mas de buscar a melhor relação entre qualidade do serviço e qualidade do gasto (BRASIL, 2010c).

e) Probidade: trata-se do dever dos servidores públicos de demonstrar probidade, zelo, economia e observância às regras e aos procedimentos do órgão ao utilizar, arrecadar, gerenciar e administrar bens e valores públicos. Enfim, refere-se à obrigação que têm os servidores de demonstrar serem dignos de confiança (IFAC, 2001).

f) Transparência: caracteriza-se pela possibilidade de acesso a todas as informações relativas à organização pública, sendo um dos requisitos de controle do Estado pela sociedade civil. A adequada transparência resulta em um clima de confiança, tanto internamente quanto nas relações de órgãos e entidades com terceiros.

g) Accountability: As normas de auditoria da Intosai conceituam accountability como a obrigação que têm as pessoas ou entidades às quais se tenham confiado recursos, incluídas as empresas e organizações públicas, de assumir as responsabilidades de ordem fiscal, gerencial e programática que lhes foram conferidas, e de informar a quem lhes delegou essas responsabilidades (BRASIL, 2011). Espera-se que os agentes de governança prestem contas de sua atuação de forma voluntária, assumindo integralmente as consequências de seus atos e omissões (IBGC, 2010).

Logo, a opção correta é a letra B.

INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇA

Segundo o Tribunal de Contas da União (2014), o sistema de governança reflete a maneira como diversos atores se organizam, interagem e procedem para obter boa governança. Envolve, portanto, as estruturas administrativas (instâncias), os processos de trabalho, os instrumentos (ferramentas, documentos etc), o fluxo de informações e o comportamento de pessoas envolvidas direta, ou indiretamente, na avaliação, no direcionamento e no monitoramento da organização.

No tocante às instâncias, destaca as seguintes:

a) As instâncias externas de governança são responsáveis pela fiscalização, pelo controle e pela regulação, desempenhando importante papel para promoção da governança das organizações públicas. São autônomas e independentes, não estando vinculadas apenas a uma organização. Exemplos típicos dessas estruturas são o Congresso Nacional e o Tribunal de Contas da União.

b) As instâncias externas de apoio à governança são responsáveis pela avaliação, auditoria e monitoramento independente e, nos casos em que disfunções são identificadas, pela comunicação dos fatos às instâncias superiores de governança. Exemplos típicos dessas estruturas são as auditorias independentes e o controle social organizado.

c) As instâncias internas de governança são responsáveis por definir ou avaliar a estratégia e as políticas, bem como monitorar a conformidade e o desempenho destas, devendo agir nos casos em que desvios forem identificados. São, também, responsáveis por garantir que a estratégia e as políticas formuladas atendam ao interesse público servindo de elo entre principal e agente. Exemplos típicos dessas estruturas são os conselhos de administração ou equivalentes e, na falta desses, a alta administração.

d) As instâncias internas de apoio à governança realizam a comunicação entre partes interessadas internas e externas à administração, bem como auditorias internas que avaliam e monitoram riscos e controles internos, comunicando quaisquer disfunções identificadas à alta administração. Exemplos típicos dessas estruturas são a ouvidoria, a auditoria interna, o conselho fiscal, as comissões e os comitês.

Tipo de Instância	Responsabilidades e Funções	Exemplos Típicos
Instâncias externas de governança	Fiscalização, controle e regulação. Promoção da governança das organizações públicas.	Congresso Nacional, Tribunal de Contas da União.
Instâncias externas de apoio à governança	Avaliação, auditoria e monitoramento independente. Comunicação de disfunções às instâncias superiores.	Auditorias independentes, controle social organizado.
Instâncias internas de governança	Definir/avaliar estratégia e políticas, monitoramento da conformidade e desempenho, garantir interesse público.	Conselhos de administração ou equivalentes, alta administração.

Instâncias internas de apoio à governança	Comunicação entre partes interessadas, auditorias internas, monitoramento de riscos e controles internos.	Ouvidoria, auditoria interna, conselho fiscal, comissões, comitês.
--	---	--

EXERCÍCIOS

1 FGV/2022/Q2413764

Um sistema de governança reflete a maneira como os diversos atores se organizam, interagem e procedem. Esse sistema é composto por diferentes instâncias, segundo o Tribunal de Contas da União (TCU).

Nesse sistema, o Congresso Nacional pode ser entendido como vinculado à instância:

- A) autônoma de administração tática;
- B) externa de apoio à governança;
- C) externa de governança;
- D) interna de apoio à governança;
- E) interna de governança.

2 FGV/2017/Q908051

Uma entidade da administração pública iniciou uma série de ações com vistas a adotar boas práticas de governança pública, entre elas criar instâncias na estrutura da entidade para implantar e disseminar as boas práticas.

De acordo com o Referencial Básico de Governança Pública (TCU, 2014), as instâncias internas de governança são responsáveis por definir ou avaliar a estratégia e as políticas, bem como monitorar a conformidade e o desempenho destas.

Essas instâncias podem ser exemplificadas por:

- A) auditoria interna;
- B) conselhos de administração;
- C) conselho fiscal;

- D) controladorias;
- E) ouvidoria.

3 CEBRASPE/2022

Acerca dos controles interno e externo, julgue o item subsecutivo.

O sistema de controle externo é hierarquicamente superior ao sistema de controle interno.

4 CEBRASPE/2022

Acerca dos controles interno e externo, julgue o item subsecutivo.

O controle externo é aquele desempenhado por órgão apartado do controlado, tendo por finalidade a efetivação de mecanismos para garantir a plena eficácia das ações de gestão governamental.

5 CEBRASPE/2018

Com relação à governança no setor público, julgue o item a seguir.

As instâncias externas de governança são responsáveis por definir ou avaliar a estratégia e as políticas, bem como por monitorar sua conformidade e o desempenho.

EXERCÍCIOS COMENTADOS

1 FGV/2022/Q2413764

Um sistema de governança reflete a maneira como os diversos atores se organizam, interagem e procedem. Esse sistema é composto por diferentes instâncias, segundo o Tribunal de Contas da União (TCU).

Nesse sistema, o Congresso Nacional pode ser entendido como vinculado à instância:

- A) autônoma de administração tática;
- B) externa de apoio à governança;
- C) externa de governança;
- D) interna de apoio à governança;

E) interna de governança.

Gabarito: C

Comentário: As instâncias externas de governança são responsáveis pela fiscalização, pelo controle e pela regulação, desempenhando importante papel para promoção da governança das organizações públicas. São autônomas e independentes, não estando vinculadas apenas a uma organização. Exemplos típicos dessas estruturas são o Congresso Nacional e o Tribunal de Contas da União.

Desse modo, o gabarito é a letra C.

2 FGV/2017/Q908051

Uma entidade da administração pública iniciou uma série de ações com vistas a adotar boas práticas de governança pública, entre elas criar instâncias na estrutura da entidade para implantar e disseminar as boas práticas.

De acordo com o Referencial Básico de Governança Pública (TCU, 2014), as instâncias internas de governança são responsáveis por definir ou avaliar a estratégia e as políticas, bem como monitorar a conformidade e o desempenho destas.

Essas instâncias podem ser exemplificadas por:

- A) auditoria interna;
- B) conselhos de administração;
- C) conselho fiscal;
- D) controladorias;
- E) ouvidoria.

Gabarito: B

Comentário: As instâncias internas de governança são responsáveis por definir ou avaliar a estratégia e as políticas, bem como monitorar a conformidade e o desempenho destas, devendo agir nos casos em que desvios forem identificados. São, também, responsáveis por garantir que a estratégia e as políticas formuladas atendam ao interesse público servindo de elo entre principal e agente. Exemplos típicos dessas estruturas são os conselhos de administração ou equivalentes e, na falta desses, a alta administração.

Desse modo, o gabarito é a letra B.

3 CEBRASPE/2022

Acerca dos controles interno e externo, julgue o item subsecutivo.

O sistema de controle externo é hierarquicamente superior ao sistema de controle interno.

Gabarito: Errado

Comentário: O sistema de controle externo não é hierarquicamente superior ao sistema de controle interno. Ambos têm papéis diferentes e complementares na estrutura de governança e de fiscalização da administração pública. Enquanto o controle interno atua como parte integrante da administração pública, verificando e assegurando que as atividades sejam realizadas conforme planejado, o controle externo atua de forma independente, avaliando a legalidade, eficiência, eficácia e efetividade dos atos do poder público. Não há relação de hierarquia entre eles, mas sim de complementaridade.

4 CEBRASPE/2022

Acerca dos controles interno e externo, julgue o item subsecutivo.

O controle externo é aquele desempenhado por órgão apartado do controlado, tendo por finalidade a efetivação de mecanismos para garantir a plena eficácia das ações de gestão governamental.

Gabarito: Certo

Comentário: O controle externo é realmente realizado por órgãos que estão separados da entidade ou órgão controlado. Seu propósito principal é garantir que as ações de gestão governamental sejam eficazes, legais, íntegras, transparentes e alinhadas com os objetivos da administração pública. Em muitos países, por exemplo, os Tribunais de Contas desempenham esse papel de controle externo, examinando e julgando as contas dos administradores públicos para garantir a adequada e efetiva aplicação dos recursos públicos.

5 CEBRASPE/2018

Com relação à governança no setor público, julgue o item a seguir.

As instâncias externas de governança são responsáveis por definir ou avaliar a estratégia e as políticas, bem como por monitorar sua conformidade e o desempenho.

Gabarito: Errado

Comentário: As instâncias externas de governança são responsáveis pela fiscalização, pelo controle e pela regulação, desempenhando importante papel para promoção da governança das organizações públicas. São autônomas e independentes, não estando vinculadas apenas a uma organização. Exemplos típicos dessas estruturas são o Congresso Nacional e o Tribunal de Contas da União.

Já as instâncias internas de governança são responsáveis por definir ou avaliar a estratégia e as políticas, bem como monitorar a conformidade e o desempenho destas, devendo agir nos casos em que desvios forem identificados. São, também, responsáveis por garantir que a estratégia e as políticas formuladas atendam ao interesse público servindo de elo entre principal e agente. Exemplos típicos dessas estruturas são os conselhos de administração ou equivalentes e, na falta desses, a alta administração.

Desse modo, há de se reconhecer que a questão relaciona-se às instâncias internas de governança, razão pela qual o gabarito é errado.

DECRETO Nº 9.203/2017 - DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GOVERNANÇA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL

Vieira e Barreto (2019) destacam que “o Decreto da Governança é a norma que institui a política de governança pública para as agências públicas que integram o Poder Executivo Federal. Esse ato normativo, assim como o Projeto de Lei (PL no 9.163/2017), é oriundo das recomendações dispostas no acórdão no 69 Parte I: Governança 1.273/205 do Tribunal de Contas da União (TC no 020.830/2014-9) que recomenda à Presidência da República (em articulação com a Casa Civil, o Ministério do Planejamento e a Controladoria-Geral da União) que elabore um plano de longo prazo com o objetivo de fortalecer a governança nas organizações públicas de todas as esferas, com vistas ao desenvolvimento nacional (TCU, 2014d)”.

De modo geral, o Decreto nº 9.203, promulgado em 22 de novembro de 2017, estabelece diretrizes e princípios para uma governança eficaz na administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Este documento serve como um guia para a condução e gestão das políticas públicas, assegurando que estas atendam de forma eficaz às necessidades e interesses da sociedade.

Abrangência (Art. 1º)

O decreto enfatiza a aplicação de sua política à administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Assim, define um escopo de ação que se estende desde os órgãos centrais até entidades autárquicas e fundacionais.

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Definições Básicas (Art. 2º)

No coração deste decreto, encontram-se conceitos fundamentais que moldam a sua aplicação. Define-se a "governança pública" como uma combinação de mecanismos de liderança, estratégia e controle, todos voltados para a eficácia na gestão. Outro conceito crucial é o "valor público", que se refere aos resultados tangíveis e benéficos gerados para a sociedade. O decreto também especifica quem compõe a "alta administração" e detalha a essência da "gestão de riscos", que visa garantir o alcance dos objetivos da organização.

Art. 2º Para os efeitos do disposto neste Decreto, considera-se:

I - governança pública - conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade;

II - valor público - produtos e resultados gerados, preservados ou entregues pelas atividades de uma organização que representem respostas efetivas e úteis às necessidades ou às demandas de

interesse público e modifiquem aspectos do conjunto da sociedade ou de alguns grupos específicos reconhecidos como destinatários legítimos de bens e serviços públicos;

III - alta administração - Ministros de Estado, ocupantes de cargos de natureza especial, ocupantes de cargo de nível 6 do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e presidentes e diretores de autarquias, inclusive as especiais, e de fundações públicas ou autoridades de hierarquia equivalente; e

IV - gestão de riscos - processo de natureza permanente, estabelecido, direcionado e monitorado pela alta administração, que contempla as atividades de identificar, avaliar e gerenciar potenciais eventos que possam afetar a organização, destinado a fornecer segurança razoável quanto à realização de seus objetivos.

Princípios (Art. 3º)

O decreto estabelece uma série de princípios que norteiam a governança pública, incluindo a capacidade de resposta, integridade, confiabilidade, melhoria regulatória, prestação de contas, responsabilidade e transparência. Esses princípios reforçam a necessidade de uma gestão pública ágil, ética e transparente. A seguir, uma descrição detalhada de cada princípio:

- Capacidade de resposta: A capacidade de resposta (do inglês, responsiveness) representa a competência de uma instituição pública de atender de forma eficiente e eficaz às necessidades dos cidadãos, inclusive antevendo interesses e antecipando aspirações.
- Integridade: A integridade tradicionalmente representa a busca pela prevenção da corrupção e pelo fortalecimento dos padrões morais de conduta.
- Confiabilidade: A confiabilidade (do inglês, reliability) representa a capacidade das instituições de minimizar as incertezas para os cidadãos nos ambientes econômico, social e político.
- Melhoria regulatória: A melhoria regulatória (do inglês, better regulation) representa o desenvolvimento e a avaliação de políticas e de atos normativos em um processo transparente, baseado em evidências e orientado pela visão de cidadãos e partes diretamente interessadas (European Commission, 2016). Não se restringe, portanto,

à regulação econômica de setores específicos realizada pelas agências reguladoras.

- Prestação de contas e responsabilidade: Prestação de contas e responsabilidade (no inglês, accountability) representa a vinculação necessária, notadamente na administração de recursos públicos, entre decisões, condutas e competências e seus respectivos responsáveis. Trata-se de manter uma linha clara e objetiva entre as justificativas e os resultados da atuação administrativa, de um lado, e os agentes públicos que dela tomarem parte, de outro.
- Transparência: A transparência representa o compromisso da administração pública com a divulgação das suas atividades, prestando informações confiáveis, relevantes e tempestivas à sociedade. Inserida em um conjunto de princípios centrais que orienta a atividade pública, a transparência é um dos pilares para a construção de um governo aberto (open government).

Art. 3º São princípios da governança pública:

- I - capacidade de resposta;
- II - integridade;
- III - confiabilidade;
- IV - melhoria regulatória;
- V - prestação de contas e responsabilidade; e
- VI - transparência.

Diretrizes (Art. 4º)

O documento estabelece diretrizes claras para orientar a prática da governança. Estas incluem direcionar ações com foco nos resultados para a sociedade, simplificar e modernizar a gestão pública, monitorar e avaliar políticas, promover a integridade na alta administração, implementar controles internos e vários outros pontos voltados para a eficiência, eficácia e transparência na gestão.

Art. 4º São diretrizes da governança pública:

I - direcionar ações para a busca de resultados para a sociedade, encontrando soluções tempestivas e inovadoras para lidar com a limitação de recursos e com as mudanças de prioridades;

II - promover a simplificação administrativa, a modernização da gestão pública e a integração dos serviços públicos, especialmente aqueles prestados por meio eletrônico;

III - monitorar o desempenho e avaliar a concepção, a implementação e os resultados das políticas e das ações prioritárias para assegurar que as diretrizes estratégicas sejam observadas;

IV - articular instituições e coordenar processos para melhorar a integração entre os diferentes níveis e esferas do setor público, com vistas a gerar, preservar e entregar valor público;

V - fazer incorporar padrões elevados de conduta pela alta administração para orientar o comportamento dos agentes públicos, em consonância com as funções e as atribuições de seus órgãos e de suas entidades;

VI - implementar controles internos fundamentados na gestão de risco, que privilegiará ações estratégicas de prevenção antes de processos sancionadores;

VII - avaliar as propostas de criação, expansão ou aperfeiçoamento de políticas públicas e de concessão de incentivos fiscais e aferir, sempre que possível, seus custos e benefícios;

VIII - manter processo decisório orientado pelas evidências, pela conformidade legal, pela qualidade regulatória, pela desburocratização e pelo apoio à participação da sociedade;

IX - editar e revisar atos normativos, pautando-se pelas boas práticas regulatórias e pela legitimidade, estabilidade e coerência do ordenamento jurídico e realizando consultas públicas sempre que conveniente;

X - definir formalmente as funções, as competências e as responsabilidades das estruturas e dos arranjos institucionais; e

XI - promover a comunicação aberta, voluntária e transparente das atividades e dos resultados da organização, de maneira a fortalecer o acesso público à informação.

Mecanismos (Art. 5º)

O decreto também destaca os mecanismos essenciais para o exercício da governança, categorizados em liderança, estratégia e controle. Estes mecanismos abrangem práticas e processos que visam garantir uma gestão pública alinhada aos princípios e diretrizes estabelecidos, garantindo a legalidade e eficácia das ações.

Art. 5º São mecanismos para o exercício da governança pública:

I - liderança, que compreende conjunto de práticas de natureza humana ou comportamental exercida nos principais cargos das organizações, para assegurar a existência das condições mínimas para o exercício da boa governança, quais sejam:

- a) integridade;
- b) competência;
- c) responsabilidade; e
- d) motivação;

II - estratégia, que compreende a definição de diretrizes, objetivos, planos e ações, além de critérios de priorização e alinhamento entre organizações e partes interessadas, para que os serviços e produtos de responsabilidade da organização alcancem o resultado pretendido; e

III - controle, que compreende processos estruturados para mitigar os possíveis riscos com vistas ao alcance dos objetivos institucionais e para garantir a execução ordenada, ética, econômica, eficiente e eficaz das atividades da organização, com preservação da legalidade e da economicidade no dispêndio de recursos públicos.

Papéis da Alta Administração (Art. 6º)

O Artigo 6º do Decreto nº 9.203 enfatiza o papel da alta administração, composta por líderes e autoridades principais dos órgãos e entidades, na implementação e manutenção dos padrões de governança. Em outras palavras, é responsabilidade desses líderes garantir que as práticas e mecanismos de governança sejam colocados em prática, sempre alinhados aos princípios e diretrizes estabelecidos pelo decreto.

Este compromisso não é apenas superficial. O parágrafo único do artigo detalha, pelo menos, três componentes essenciais que devem ser incluídos nos mecanismos de governança:

- **Formas de Acompanhamento de Resultados:** Isso implica na necessidade de ter sistemas e métodos estabelecidos para monitorar e avaliar os resultados alcançados. Assim, pode-se garantir que as ações e políticas implementadas estão, de fato, produzindo os desfechos desejados.
- **Soluções para Melhoria do Desempenho das Organizações:** Aqui, a ênfase está na busca constante por melhorias. Os líderes devem não apenas identificar áreas de ineficiência ou falhas, mas também propor e implementar soluções que otimizem o desempenho da organização como um todo.
- **Instrumentos de Promoção do Processo Decisório Fundamentado em Evidências:** Este ponto destaca a importância de tomar decisões baseadas em dados, pesquisas e informações concretas, ao invés de se basear apenas em intuições ou suposições. Dessa forma, as decisões tomadas são mais informadas e, conseqüentemente, mais propensas a gerar resultados positivos.

Art. 6º Caberá à alta administração dos órgãos e das entidades, observados as normas e os procedimentos específicos aplicáveis, implementar e manter mecanismos, instâncias e práticas de governança em consonância com os princípios e as diretrizes estabelecidos neste Decreto.

Parágrafo único. Os mecanismos, as instâncias e as práticas de governança de que trata o caput incluirão, no mínimo:

- I - formas de acompanhamento de resultados;
- II - soluções para melhoria do desempenho das organizações; e
- III - instrumentos de promoção do processo decisório fundamentado em evidências.

Comitê Interministerial de Governança (CIG) (Arts. 7º, 8º-A e 8º-B)

O que é?

O Comitê Interministerial de Governança (CIG) é um grupo criado para aconselhar o Presidente da República na implementação e condução da política de governança da administração pública federal.

Quem faz parte?

O CIG é composto por três membros titulares:

- Ministro Chefe da Casa Civil, que também é o coordenador do comitê.
- Ministro da Economia.
- Ministro da Controladoria-Geral da União.

Em situações onde esses membros titulares não puderem participar, eles podem ser substituídos pelos Secretários-Executivos correspondentes de seus ministérios.

Importante: Consoante a norma do art. 12-A, a participação no CIG ou nos grupos de trabalho por ele constituídos será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Como funciona?

- Convocação das reuniões: As reuniões do CIG são organizadas e convocadas pelo seu coordenador, o Ministro Chefe da Casa Civil.
- Frequência: O CIG se reúne de maneira regular a cada três meses. Contudo, podem ser organizadas reuniões extraordinárias sempre que houver necessidade.
- Participantes adicionais: Além dos membros titulares, representantes de outros órgãos e entidades da administração pública

Concurso Público Nacional Unificado 2024

www.igepp.com.br

federal podem ser convidados para as reuniões. Entretanto, esses convidados não têm direito a voto nas decisões.

- Tomada de Decisão: Para que uma reunião do CIG aconteça, mais da metade dos membros deve estar presente (quórum de reunião). Para que uma decisão seja aprovada, a maioria absoluta dos membros deve concordar (quórum de aprovação). Em situações onde houver um empate nos votos, o coordenador (Ministro Chefe da Casa Civil) tem o poder de desempate, ou seja, ele tem um "voto extra" para decidir o resultado.

Art. 7º-A. O Comitê Interministerial de Governança - CIG tem por finalidade assessorar o Presidente da República na condução da política de governança da administração pública federal. (Incluído pelo Decreto nº 9.901, de 2019)

Art. 8º-A. O CIG é composto pelos seguintes membros titulares: (Incluído pelo Decreto nº 9.901, de 2019)

I - Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, que o coordenará; (Incluído pelo Decreto nº 9.901, de 2019)

II - Ministro de Estado da Economia; e (Incluído pelo Decreto nº 9.901, de 2019)

III - Ministro de Estado da Controlaria-Geral da União. (Incluído pelo Decreto nº 9.901, de 2019)

§ 1º Os membros do CIG poderão ser substituídos, em suas ausências e seus impedimentos, pelos respectivos Secretários-Executivos. (Incluído pelo Decreto nº 9.901, de 2019)

§ 2º As reuniões do CIG serão convocadas pelo seu Coordenador. (Incluído pelo Decreto nº 9.901, de 2019)

§ 3º Representantes de outros órgãos e entidades da administração pública federal poderão ser convidados a participar de reuniões do CIG, sem direito a voto. (Incluído pelo Decreto nº 9.901, de 2019)

Art. 8º-B. O CIG se reunirá, em caráter ordinário, trimestralmente e, em caráter extraordinário, sempre que necessário. (Incluído pelo Decreto nº 9.901, de 2019)

§ 1º O quórum de reunião do CIG é de maioria simples dos membros e o quórum de aprovação é de maioria absoluta. (Incluído pelo Decreto nº 9.901, de 2019)

§ 2º Além do voto ordinário, o Coordenador do CIG terá o voto de qualidade em caso de empate. (Incluído pelo Decreto nº 9.901, de 2019)

Competências do Comitê Interministerial de Governança (CIG) (Art. 9º-A)

Propostas: O CIG tem o papel de sugerir ações, processos e práticas organizacionais que estejam alinhadas com os princípios e diretrizes do Decreto de governança pública.

Materiais de Referência: O CIG é responsável por aprovar manuais e guias que ajudem a implantar os princípios e diretrizes de governança pública.

Recomendações para Outros Grupos: Eles podem dar orientações para outros grupos de trabalho especializados para garantir que os programas e políticas de governança sejam consistentes e bem coordenados.

Monitoramento: O CIG incentiva e supervisiona a aplicação das melhores práticas de governança nos órgãos da administração pública federal, incluindo autarquias e fundações.

Resoluções: Eles podem criar resoluções para desempenhar suas funções.

Importante: Os manuais e guias mencionados devem:

- Ter recomendações que podem ser postas em prática nos diversos órgãos e entidades da administração pública.
- Ser seguidos pelos comitês internos de governança.

O que é um colegiado temático? É qualquer grupo de trabalho interministerial, como comissões, comitês, entre outros, criado com o propósito de implantar, promover ou realizar políticas ou programas de governança relacionados a tópicos específicos.

Art. 9º-A. Ao CIG compete: (Incluído pelo Decreto nº 9.901, de 2019)

I - propor medidas, mecanismos e práticas organizacionais para o atendimento aos princípios e às diretrizes de governança pública estabelecidos neste Decreto; (Incluído pelo Decreto nº 9.901, de 2019)

II - aprovar manuais e guias com medidas, mecanismos e práticas organizacionais que contribuam para a implementação dos princípios e das diretrizes de governança pública estabelecidos neste Decreto; (Incluído pelo Decreto nº 9.901, de 2019)

III - aprovar recomendações aos colegiados temáticos para garantir a coerência e a coordenação dos programas e das políticas de governança específicos; (Incluído pelo Decreto nº 9.901, de 2019)

IV - incentivar e monitorar a aplicação das melhores práticas de governança no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional; e (Incluído pelo Decreto nº 9.901, de 2019)

V - editar as resoluções necessárias ao exercício de suas competências. (Incluído pelo Decreto nº 9.901, de 2019)

§ 1º Os manuais e os guias a que se refere o inciso II do caput deverão: (Incluído pelo Decreto nº 9.901, de 2019)

I - conter recomendações que possam ser implementadas nos órgãos e nas entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional definidos na resolução que os aprovar; (Incluído pelo Decreto nº 9.901, de 2019)

II - ser observados pelos comitês internos de governança, a que se refere o art. 15-A. (Incluído pelo Decreto nº 9.901, de 2019)

§ 2º O colegiado temático, para fins do disposto neste Decreto, é a comissão, o comitê, o grupo de trabalho ou outra forma de colegiado interministerial instituído com o objetivo de implementar, promover ou executar políticas ou programas de governança relativos a temas específicos. (Incluído pelo Decreto nº 9.901, de 2019)

Grupos de Trabalho do CIG (Comitê Interministerial de Governança) (Arts. 10-A e 10-B)

O que são?

O CIG pode criar pequenas "equipes de projeto" para ajudá-lo em suas tarefas.

Quem pode participar?

Além dos membros normais, o CIG pode convidar pessoas de outras partes do governo e até de empresas.

Como são formados?

Quando um grupo é criado, o CIG define:

- O que essa equipe deve fazer (objetivos).
- Quem vai participar (composição).
- Até quando eles devem terminar o trabalho (prazo).

Regras gerais dos Grupos de Trabalho:

- O CIG decide como a equipe será formada.
- Uma equipe não pode ter mais que cinco pessoas.
- Essas equipes não duram mais que um ano.
- Só podem existir até três dessas equipes trabalhando ao mesmo tempo.

Art. 10-A. O CIG poderá instituir grupos de trabalho específicos com o objetivo de assessorá-lo no cumprimento das suas competências. (Incluído pelo Decreto nº 9.901, de 2019)

§ 1º Representantes de órgãos e entidades públicas e privadas poderão ser convidados a participar dos grupos de trabalho constituídos pelo CIG. (Incluído pelo Decreto nº 9.901, de 2019)

§ 2º O CIG definirá no ato de instituição do grupo de trabalho os seus objetivos específicos, a sua composição e o prazo para conclusão de seus trabalhos. (Incluído pelo Decreto nº 9.901, de 2019)

Art. 10-B. Os grupos de trabalho: (Incluído pelo Decreto nº 9.901, de 2019)

I - serão compostos na forma de ato do CIG; (Incluído pelo Decreto nº 9.901, de 2019)

II - não poderão ter mais de cinco membros; (Incluído pelo Decreto nº 9.901, de 2019)

III - terão caráter temporário e duração não superior a um ano; e (Incluído pelo Decreto nº 9.901, de 2019)

IV - estarão limitados a três operando simultaneamente. (Incluído pelo Decreto nº 9.901, de 2019)

Secretaria-Executiva do CIG (Comitê Interministerial de Governança) (Art. 11-A)

Quem está encarregado?

A responsabilidade fica com a Secretaria Especial de Relações Governamentais da Casa Civil da Presidência da República.

O que ela faz?

- Receber Propostas: Ela pega todas as propostas relacionadas ao CIG, assim como é mencionado nos artigos 10-A e 13-A.
- Organização das Reuniões: Ela envia a agenda, os documentos, materiais para discussão e registros das reuniões para todos no CIG.

- Agendamento de Reuniões: Ela avisa quando serão as reuniões normais e quando há reuniões extras.
- Detalhes das Reuniões: Ela informa se a reunião será online ou pessoalmente e, se for pessoalmente, onde será.
- Documentação: Ela torna público na internet atas e resoluções do CIG, mas se o conteúdo for sigiloso, ela apenas envia para os membros.

Art. 11-A. A Secretaria-Executiva do CIG será exercida pela Secretaria Especial de Relações Governamentais da Casa Civil da Presidência da República. (Redação dada pelo Decreto nº 10.907, de 2021) (vigência)

Parágrafo único. Compete à Secretaria-Executiva do CIG: (Incluído pelo Decreto nº 9.901, de 2019)

I - receber, instruir e encaminhar aos membros do CIG as propostas recebidas na forma estabelecida no caput do art. 10-A e no inciso II do caput do art. 13-A; (Incluído pelo Decreto nº 9.901, de 2019)

II - encaminhar a pauta, a documentação, os materiais de discussão e os registros das reuniões aos membros do CIG; (Incluído pelo Decreto nº 9.901, de 2019)

III - comunicar aos membros do CIG a data e a hora das reuniões ordinárias ou a convocação para as reuniões extraordinárias; (Incluído pelo Decreto nº 9.901, de 2019)

IV - comunicar aos membros do CIG a forma de realização da reunião, que poderá ser por meio eletrônico ou presencial, e o local, quando se tratar de reuniões presenciais; e (Incluído pelo Decreto nº 9.901, de 2019)

V - disponibilizar as atas e as resoluções do CIG em sítio eletrônico ou, quando o seu conteúdo for classificado como confidencial, encaminhá-las aos membros. (Incluído pelo Decreto nº 9.901, de 2019)

Funções de órgãos e entidades da administração pública (Art. 13-A)

- Execução da Política: Implementar a política de governança, seguindo as diretrizes deste Decreto e as orientações do CIG.

- Proposição ao CIG: Submeter ao CIG propostas relacionadas às suas competências, incluindo a justificativa e o rascunho de qualquer resolução relacionada.

Art. 13-A. Compete aos órgãos e às entidades integrantes da administração pública federal direta, autárquica e fundacional: (Incluído pelo Decreto nº 9.901, de 2019)

I - executar a política de governança pública, de maneira a incorporar os princípios e as diretrizes definidos neste Decreto e as recomendações oriundas de manuais, guias e resoluções do CIG; e (Incluído pelo Decreto nº 9.901, de 2019)

II - encaminhar ao CIG propostas relacionadas às competências previstas no art. 9º-A, com a justificativa da proposição e da minuta da resolução pertinente, se for o caso. (Incluído pelo Decreto nº 9.901, de 2019)

Funções dos comitês internos de governança (Art. 15-A)

- Assistência à Administração: Ajudar a administração superior a estabelecer governança adequada.
- Incentivo e Monitoramento: Estimular iniciativas de acompanhamento de resultados e melhorias, e monitorar práticas de governança do CIG.
- Opinião Técnica: Criar pareceres técnicos sobre temas de sua competência.

Art. 15-A. São competências dos comitês internos de governança, instituídos pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional: (Incluído pelo Decreto nº 9.901, de 2019)

I - auxiliar a alta administração na implementação e na manutenção de processos, estruturas e mecanismos adequados à incorporação dos princípios e das diretrizes da governança previstos neste Decreto; (Incluído pelo Decreto nº 9.901, de 2019)

II - incentivar e promover iniciativas que busquem implementar o acompanhamento de resultados no órgão ou na entidade, que promovam soluções para melhoria do desempenho institucional ou que adotem instrumentos para o aprimoramento do processo decisório; (Incluído pelo Decreto nº 9.901, de 2019)

III - promover e acompanhar a implementação das medidas, dos mecanismos e das práticas organizacionais de governança definidos pelo CIG em seus manuais e em suas resoluções; e (Incluído pelo Decreto nº 9.901, de 2019)

IV - elaborar manifestação técnica relativa aos temas de sua competência. (Incluído pelo Decreto nº 9.901, de 2019)

Transparência dos comitês (Art. 16)

Os comitês devem publicar atas e resoluções online, exceto se o conteúdo for confidencial.

Art. 16. Os comitês internos de governança publicarão suas atas e suas resoluções em sítio eletrônico, ressalvado o conteúdo sujeito a sigilo.

Gestão de Riscos na Alta Administração (Art. 17)

A administração precisa ter um sistema para identificar, avaliar e lidar com riscos, seguindo certos princípios como integração, controles proporcionais, e uso dos resultados para melhorias contínuas.

Art. 17. A alta administração das organizações da administração pública federal direta, autárquica e fundacional deverá estabelecer, manter, monitorar e aprimorar sistema de gestão de riscos e controles internos com vistas à identificação, à avaliação, ao tratamento, ao monitoramento e à análise crítica de riscos que possam impactar a implementação da estratégia e a consecução dos objetivos da organização no cumprimento da sua missão institucional, observados os seguintes princípios:

I - implementação e aplicação de forma sistemática, estruturada, oportuna e documentada, subordinada ao interesse público;

II - integração da gestão de riscos ao processo de planejamento estratégico e aos seus desdobramentos, às atividades, aos processos de trabalho e aos projetos em todos os níveis da organização, relevantes para a execução da estratégia e o alcance dos objetivos institucionais;

III - estabelecimento de controles internos proporcionais aos riscos, de maneira a considerar suas causas, fontes, consequências e impactos, observada a relação custo-benefício; e

IV - utilização dos resultados da gestão de riscos para apoio à melhoria contínua do desempenho e dos processos de gerenciamento de risco, controle e governança.

Auditoria Interna (Art. 18)

A auditoria deve melhorar as operações das organizações, avaliando processos, controles e governança. Ela deve também prevenir, detectar e investigar fraudes com recursos públicos.

Art. 18 A auditoria interna governamental deverá adicionar valor e melhorar as operações das organizações para o alcance de seus objetivos, mediante a abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, dos controles e da governança, por meio da:

I - realização de trabalhos de avaliação e consultoria de forma independente, segundo os padrões de auditoria e ética profissional reconhecidos internacionalmente;

II - adoção de abordagem baseada em risco para o planejamento de suas atividades e para a definição do escopo, da natureza, da época e da extensão dos procedimentos de auditoria; e

III - promoção à prevenção, à detecção e à investigação de fraudes praticadas por agentes públicos ou privados na utilização de recursos públicos federais.

Programa de Integridade (Art. 19)

As organizações devem criar um programa de integridade focado em prevenir, detectar e corrigir fraudes e corrupção. Esse programa deve ter apoio da administração, uma unidade responsável, análise de riscos e monitoramento contínuo.

Art. 19. Os órgãos e as entidades da administração direta, autárquica e fundacional instituirão programa de integridade, com o objetivo de promover a adoção de medidas e ações institucionais destinadas à prevenção, à detecção, à punição e à remediação de fraudes e atos de corrupção, estruturado nos seguintes eixos:

- I - comprometimento e apoio da alta administração;
- II - existência de unidade responsável pela implementação no órgão ou na entidade;
- III - análise, avaliação e gestão dos riscos associados ao tema da integridade; e
- IV - monitoramento contínuo dos atributos do programa de integridade.

O decreto em questão estabelece um robusto marco de governança pública, destinado a consolidar práticas de integridade, transparência e eficiência dentro da administração pública federal, autárquica e fundacional. Ele delinea responsabilidades claras para órgãos e entidades, assim como para comitês internos de governança, enfatizando a importância da gestão de riscos, da auditoria interna e do compromisso contínuo com a prevenção de fraudes e corrupção. Através desta regulamentação, busca-se garantir que as ações governamentais sejam realizadas com ética, transparência e, acima de tudo, com responsabilidade perante o interesse público.

EXERCÍCIOS

1 SELECON/2023

Em âmbito nacional, o Decreto nº 9.203/2017 afirma que o “conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade” chama-se governança:

- A corporativa
- B cooperativa
- C pública
- D social

2 FAUEL/2023

O Decreto nº 9.203 de 22 de novembro de 2017 dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e em seu artigo 5º discorre sobre os mecanismos para o exercício da governança pública. Sabendo que os incisos I, II e III deste artigo descrevem sobre a liderança, estratégia e controle respectivamente, assinale a alternativa que melhor representa a definição de estratégia de acordo com o inciso II do Art. 5º do referido decreto.

A Compreende conjunto de práticas de natureza humana ou comportamental exercida nos principais cargos das organizações, para assegurar a existência das condições mínimas para o exercício da boa governança.

B Compreende conjunto de boas práticas que geridas pelo funcionário público, geram eficiência, eficácia e recursos aos órgãos públicos.

C São ações coordenadas pelo funcionário público de forma a gerir maior benefício possível aos órgãos públicos, minimizando os recursos de dinheiro, tempo e pessoas.

D Compreende a definição de diretrizes, objetivos, planos e ações, além de critérios de priorização e alinhamento entre organizações e partes interessadas, para que os serviços e produtos de responsabilidade da organização alcancem o resultado pretendido.

E Compreende processos estruturados para mitigar os possíveis riscos com vistas ao alcance dos objetivos institucionais e para garantir a execução ordenada, ética, econômica, eficiente e eficaz das atividades

da organização, com preservação da legalidade e da economicidade no dispêndio de recursos públicos.

3 UF-MT/2023

A governança pública é uma prática crescente que vem ganhando espaço na gestão pública contemporânea. O Decreto 9.203, de 22 de novembro de 2017, e o Tribunal de Contas da União (2014) definem a governança no setor público como “um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade”.

São princípios da governança pública, EXCETO:

- A Legitimidade
- B Accountability
- C Equidade
- D Isonomia
- E Capacidade de resposta

4 CEPS-UFPA/2023

Na Administração Pública, o exercício da Governança é balizado pelas legislações vigentes, em especial pelo Decreto 9.203/2017, que dispõe sobre a política de Governança pública do governo federal. Sobre os princípios descritos nesse Decreto, assinale (V) para verdadeiro e (F) para falso nos itens seguintes.

- () integridade e transparência.
- () confiabilidade e melhoria regulatória.
- () prestação de contas e responsabilidade.
- () controle e motivação.
- () capacidade de resposta.

A sequência correta é

A V, F, V, F, V.

B F, F, F, V, V.

C V, V, F, F, F.

D V, V, V, F, V.

E F, F, V, V, F.

5 UFMA/2023

Entre as opções abaixo, identifique a que está de acordo com os princípios e diretrizes de governança, em conformidade com as recomendações internacionais, e o Tribunal de Contas da União nos termos do Decreto 9.203/2017:

A Capacidade de resposta, integridade, equidade, melhoria regulatória, prestação de contas e responsabilidade, transparência.

B Capacidade de resposta, integridade, confiabilidade, melhoria regulatória, prestação de contas e responsabilidade, transparência.

C Capacidade de resposta, integridade, reciprocidade, melhoria regulatória, prestação de contas e responsabilidade, transparência.

D Capacidade de resposta, integridade, melhoria regulatória, prestação de contas e responsabilidade, transparência.

E Capacidade de resposta, integridade, melhoria regulatória, prestação de contas e responsabilidade, transparência e equidade.

6 UFRSA/2021

De acordo com o Decreto nº 9.203/2017, de 22 de novembro de 2013, marque a alternativa em que todos os itens são princípios da governança pública:

A Realização de trabalhos de avaliação e consultoria de forma independente; adoção de abordagem baseada em risco para o planejamento das atividades e promoção à prevenção, à detecção e à investigação de fraudes praticadas por agentes públicos ou privados na utilização de recursos públicos federais.

B Capacidade de resposta; integridade; confiabilidade; melhoria regulatória; prestação de contas; responsabilidade e transparência.

C Integridade; competência; responsabilidade e motivação.

D Comprometimento e apoio da alta administração; existência de unidade responsável pela implementação no órgão; análise, avaliação e gestão de riscos associados ao tema da integridade; e monitoramento contínuo dos atributos do programa de integridade.

7 UFRRJ/2023

O Decreto nº 9.203/17, que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal, direta, autárquica e fundacional, dispõe que são princípios expressos da governança pública a

- A integridade.
- B motivação.
- C legalidade.
- D integralidade.
- E regulamentação.

8 UFAM/2022

Em relação à governança na gestão pública, o decreto 9.203, de 22 de novembro de 2017, apresenta os seguintes princípios, EXCETO a:

- A capacidade de resposta.
- B confiabilidade.
- C melhoria regulatória.
- D publicidade.
- E transparência.

9 IF SUL RIO-GRANDENSE/2019

Considere as disposições sobre a Política de Governança da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, contida no Decreto 9.203/2017.

Sobre as diretrizes de Governança Pública, é INCORRETO afirmar que

A direciona ações para a busca de resultados para a sociedade, encontrando soluções tempestivas e inovadoras para lidar com a limitação de recursos e com as mudanças de prioridades.

B promove a simplificação administrativa, a modernização da gestão pública e a integração dos serviços públicos, especialmente aqueles prestados por meio eletrônico.

C monitora o desempenho e avalia a concepção, a implementação e os resultados das políticas e das ações prioritárias, para assegurar que as diretrizes estratégicas sejam observadas.

D desburocratiza processos, fundamentados na gestão de risco, através da eliminação de controles internos, que privilegiará ações estratégicas de prevenção antes de processos sancionadores.

10 UFRJ/2023

Sobre o Comitê Interministerial de Governança – CIG – previsto no Decreto nº 9.203/2017, é correto afirmar que

A as reuniões acontecem, em caráter ordinário, bimestralmente, e em caráter extraordinário, sempre que for necessário.

B a coordenação será exercida pelo Ministro da Controladoria-Geral da União, que possui voto de qualidade em caso de empate, além do voto ordinário.

C os representantes de outros órgãos e entidades da administração pública federal poderão ser convidados a participar de reuniões do Comitê, com direito a voto.

D o Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República, o Ministro da Economia e o Ministro da Controladoria-Geral da União são membros titulares.

E o Presidente, Governadores, Prefeitos e Vereadores, na condução da política de governança e economia na administração pública, são assessorados pelo CIG.

11 IADES/CAU-MS/2021

O governo brasileiro formalizou a sua política de governança pública por meio do Decreto no 9.203/2017, que dispõe acerca da política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Com a finalidade de assessorar o presidente da República na condução da política de governança da administração pública federal, foi instituído o Comitê Interministerial de Governança (CIG), composto pelos seguintes membros titulares:

A Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Ministro de Estado da Saúde, e Ministro de Estado da Infraestrutura.

B Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Ministro de Estado da Economia, e Ministro de Estado da Controladoria Geral da União.

C Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Ministro de Estado das Relações Exteriores, e Ministro de Estado da Infraestrutura.

D Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Ministro de Estado de Minas e Energia, e Ministro de Estado da Infraestrutura.

E Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União, Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, e Ministro de Estado da Economia.

EXERCÍCIOS COMENTADOS

1 SELECON/2023

Em âmbito nacional, o Decreto nº 9.203/2017 afirma que o "conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade" chama-se governança:

A corporativa

B cooperativa

C pública

D social

Gabarito: C

Comentário: De acordo com a descrição fornecida, a definição que se refere ao "conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade" é a de governança pública.

2 FAUEL/2023

O Decreto nº 9.203 de 22 de novembro de 2017 dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e em seu artigo 5º discorre sobre os mecanismos para o exercício da governança pública. Sabendo que os incisos I, II e III deste artigo descrevem sobre a liderança, estratégia e controle respectivamente, assinale a alternativa que melhor representa a definição de estratégia de acordo com o inciso II do Art. 5º do referido decreto.

A Compreende conjunto de práticas de natureza humana ou comportamental exercida nos principais cargos das organizações, para assegurar a existência das condições mínimas para o exercício da boa governança.

B Compreende conjunto de boas práticas que geridas pelo funcionário público, geram eficiência, eficácia e recursos aos órgãos públicos.

C São ações coordenadas pelo funcionário público de forma a gerir maior benefício possível aos órgãos públicos, minimizando os recursos de dinheiro, tempo e pessoas.

D Compreende a definição de diretrizes, objetivos, planos e ações, além de critérios de priorização e alinhamento entre organizações e partes interessadas, para que os serviços e produtos de responsabilidade da organização alcancem o resultado pretendido.

E Compreende processos estruturados para mitigar os possíveis riscos com vistas ao alcance dos objetivos institucionais e para garantir a execução ordenada, ética, econômica, eficiente e eficaz das atividades da organização, com preservação da legalidade e da economicidade no dispêndio de recursos públicos.

Gabarito: D

Comentário: De acordo com a descrição fornecida sobre o Decreto nº 9.203 de 22 de novembro de 2017 e a ênfase no inciso II do Art. 5º relacionado à estratégia, a alternativa que melhor representa essa definição é a letra D.

3 UF-MT/2023

A governança pública é uma prática crescente que vem ganhando espaço na gestão pública contemporânea. O Decreto 9.203, de 22 de novembro de 2017, e o Tribunal de Contas da União (2014) definem a governança no setor público como “um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade”.

São princípios da governança pública, EXCETO:

A Legitimidade

B Accountability

C Equidade

D Isonomia

E Capacidade de resposta

Gabarito: D

Comentário: A governança pública visa aprimorar a gestão de recursos e processos do setor público com o objetivo de otimizar a entrega de valor à sociedade. Os princípios mencionados, como Legitimidade, Accountability, Equidade e Capacidade de resposta, estão diretamente alinhados com esses objetivos. Por outro lado, "Isonomia" e "Equidade" são termos frequentemente usados como sinônimos, porém, enquanto a Equidade refere-se ao tratamento justo e proporcional de acordo com as necessidades individuais, a Isonomia refere-se à igualdade de tratamento para todos. Neste contexto, a alternativa "D Isonomia" pode ser considerada como a exceção, já que a Equidade (uma abordagem mais refinada e contextualizada da igualdade) é o princípio mais apropriado para a governança pública.

4 CEPS-UFPA/2023

Na Administração Pública, o exercício da Governança é balizado pelas legislações vigentes, em especial pelo Decreto 9.203/2017, que dispõe sobre a política de Governança pública do governo federal. Sobre os princípios descritos nesse Decreto, assinale (V) para verdadeiro e (F) para falso nos itens seguintes.

- () integridade e transparência.
- () confiabilidade e melhoria regulatória.
- () prestação de contas e responsabilidade.

- () controle e motivação.
() capacidade de resposta.

A sequência correta é

A V, F, V, F, V.

B F, F, F, V, V.

C V, V, F, F, F.

D V, V, V, F, V.

E F, F, V, V, F.

Gabarito: D

Comentário: Art. 3º São princípios da governança pública:

I - capacidade de resposta;

II - integridade;

III - confiabilidade;

IV - melhoria regulatória;

V - prestação de contas e responsabilidade; e

VI - transparência.

Logo, o gabarito é a letra D.

5 UFMA/2023

Entre as opções abaixo, identifique a que está de acordo com os princípios e diretrizes de governança, em conformidade com as recomendações internacionais, e o Tribunal de Contas da União nos termos do Decreto 9.203/2017:

A Capacidade de resposta, integridade, equidade, melhoria regulatória, prestação de contas e responsabilidade, transparência.

B Capacidade de resposta, integridade, confiabilidade, melhoria regulatória, prestação de contas e responsabilidade, transparência.

C Capacidade de resposta, integridade, reciprocidade, melhoria regulatória, prestação de contas e responsabilidade, transparência.

D Capacidade de resposta, integridade, melhoria regulatória, prestação de contas e responsabilidade, transparência.

E Capacidade de resposta, integridade, melhoria regulatória, prestação de contas e responsabilidade, transparência e equidade.

Gabarito: B

Comentário: Art. 3º São princípios da governança pública:

I - capacidade de resposta;

II - integridade;

III - confiabilidade;

IV - melhoria regulatória;

V - prestação de contas e responsabilidade; e

VI - transparência.

Logo, o gabarito é a letra B.

6 UFERSA/2021

De acordo com o Decreto nº 9.203/2017, de 22 de novembro de 2013, marque a alternativa em que todos os itens são princípios da governança pública:

A Realização de trabalhos de avaliação e consultoria de forma independente; adoção de abordagem baseada em risco para o planejamento das atividades e promoção à prevenção, à detecção e à investigação de fraudes praticadas por agentes públicos ou privados na utilização de recursos públicos federais.

B Capacidade de resposta; integridade; confiabilidade; melhoria regulatória; prestação de contas; responsabilidade e transparência.

C Integridade; competência; responsabilidade e motivação.

D Comprometimento e apoio da alta administração; existência de unidade responsável pela implementação no órgão; análise, avaliação e gestão de riscos associados ao tema da integridade; e monitoramento contínuo dos atributos do programa de integridade.

Gabarito: B

Comentário: Art. 3º São princípios da governança pública:

I - capacidade de resposta;

II - integridade;

III - confiabilidade;

- IV - melhoria regulatória;
 - V - prestação de contas e responsabilidade; e
 - VI - transparência.
- Logo, o gabarito é a letra B.

7 UFRRJ/2023

O Decreto nº 9.203/17, que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal, direta, autárquica e fundacional, dispõe que são princípios expressos da governança pública a

- A integridade.
- B motivação.
- C legalidade.
- D integralidade.
- E regulamentação.

Gabarito: A

Comentário: Art. 3º São princípios da governança pública:

- I - capacidade de resposta;
- II - integridade;
- III - confiabilidade;
- IV - melhoria regulatória;
- V - prestação de contas e responsabilidade; e
- VI - transparência.

Logo, o gabarito é a letra A.

8 UFAM/2022

Em relação à governança na gestão pública, o decreto 9.203, de 22 de novembro de 2017, apresenta os seguintes princípios, EXCETO a:

A capacidade de resposta.

B confiabilidade.

C melhoria regulatória.

D publicidade.

E transparência.

Gabarito: D

Comentário: Art. 3º São princípios da governança pública:

I - capacidade de resposta;

II - integridade;

III - confiabilidade;

IV - melhoria regulatória;

V - prestação de contas e responsabilidade; e

VI - transparência.

Logo, o gabarito é a letra D.

9 IF SUL RIO-GRANDENSE/2019

Considere as disposições sobre a Política de Governança da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, contida no Decreto 9.203/2017.

Sobre as diretrizes de Governança Pública, é INCORRETO afirmar que

A direciona ações para a busca de resultados para a sociedade, encontrando soluções tempestivas e inovadoras para lidar com a limitação de recursos e com as mudanças de prioridades.

B promove a simplificação administrativa, a modernização da gestão pública e a integração dos serviços públicos, especialmente aqueles prestados por meio eletrônico.

C monitora o desempenho e avalia a concepção, a implementação e os resultados das políticas e das ações prioritárias, para assegurar que as diretrizes estratégicas sejam observadas.

D desburocratiza processos, fundamentados na gestão de risco, através da eliminação de controles internos, que privilegiará ações estratégicas de prevenção antes de processos sancionadores.

Gabarito: D

Comentário: Vamos analisar cada uma das alternativas em comparação com as diretrizes do Decreto 9.203/2017:

Art. 4º São diretrizes da governança pública:

I - direcionar ações para a busca de resultados para a sociedade, encontrando soluções tempestivas e inovadoras para lidar com a limitação de recursos e com as mudanças de prioridades;

II - promover a simplificação administrativa, a modernização da gestão pública e a integração dos serviços públicos, especialmente aqueles prestados por meio eletrônico;

III - monitorar o desempenho e avaliar a concepção, a implementação e os resultados das políticas e das ações prioritárias para assegurar que as diretrizes estratégicas sejam observadas;

IV - articular instituições e coordenar processos para melhorar a integração entre os diferentes níveis e esferas do setor público, com vistas a gerar, preservar e entregar valor público;

V - fazer incorporar padrões elevados de conduta pela alta administração para orientar o comportamento dos agentes públicos, em consonância com as funções e as atribuições de seus órgãos e de suas entidades;

VI - implementar controles internos fundamentados na gestão de risco, que privilegiará ações estratégicas de prevenção antes de processos sancionadores;

VII - avaliar as propostas de criação, expansão ou aperfeiçoamento de políticas públicas e de concessão de incentivos fiscais e aferir, sempre que possível, seus custos e benefícios;

VIII - manter processo decisório orientado pelas evidências, pela conformidade legal, pela qualidade regulatória, pela desburocratização e pelo apoio à participação da sociedade;

IX - editar e revisar atos normativos, pautando-se pelas boas práticas regulatórias e pela legitimidade, estabilidade e coerência do ordenamento jurídico e realizando consultas públicas sempre que conveniente;

X - definir formalmente as funções, as competências e as responsabilidades das estruturas e dos arranjos institucionais; e

XI - promover a comunicação aberta, voluntária e transparente das atividades e dos resultados da organização, de maneira a fortalecer o acesso público à informação.

Considerando as diretrizes, podemos concluir o seguinte:

A) Esta alternativa reflete o disposto no inciso I. Portanto, é CORRETO.

B) Esta alternativa reflete o disposto no inciso II. Portanto, é CORRETO.

C) Esta alternativa reflete o disposto no inciso III. Portanto, é CORRETO.

D) Ao analisar o inciso VI, observamos que a diretriz é "implementar controles internos fundamentados na gestão de risco, que privilegiará ações estratégicas de prevenção antes de processos sancionadores." Portanto, a diretriz fala sobre implementar controles internos e não sobre a eliminação de controles internos. Assim, a alternativa D é INCORRETA.

Portanto, a afirmação INCORRETA é a alternativa D.

10 UFRJ/2023

Sobre o Comitê Interministerial de Governança – CIG – previsto no Decreto nº 9.203/2017, é correto afirmar que

A as reuniões acontecem, em caráter ordinário, bimestralmente, e em caráter extraordinário, sempre que for necessário.

B a coordenação será exercida pelo Ministro da Controladoria-Geral da União, que possui voto de qualidade em caso de empate, além do voto ordinário.

C os representantes de outros órgãos e entidades da administração pública federal poderão ser convidados a participar de reuniões do Comitê, com direito a voto.

D o Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República, o Ministro da Economia e o Ministro da Controladoria-Geral da União são membros titulares.

E o Presidente, Governadores, Prefeitos e Vereadores, na condução da política de governança e economia na administração pública, são assessorados pelo CIG.

Gabarito: D

Comentários:

A) INCORRETO. De acordo com o Art. 8º-B, as reuniões em caráter ordinário acontecem trimestralmente.

B) INCORRETO. De acordo com o Art. 8º-A, I, o coordenador do CIG é o Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República. O Art. 8º-B, § 2º estabelece que o Coordenador tem voto de qualidade em caso de empate, mas não especifica quem é esse Coordenador. Por dedução, trata-se do Ministro Chefe da Casa Civil.

C) INCORRETO. O Art. 8º-A, § 3º especifica que esses representantes podem ser convidados, mas não terão direito a voto.

D) CORRETO. Conforme estabelecido no Art. 8º-A.

E) INCORRETO. O Art. 7º-A estabelece que o CIG assessora o Presidente da República na condução da política de governança da administração pública federal. Não faz menção a Governadores, Prefeitos ou Vereadores.

Portanto, a única afirmação correta é a alternativa D.

11 IADES/CAU-MS/2021

O governo brasileiro formalizou a sua política de governança pública por meio do Decreto no 9.203/2017, que dispõe acerca da política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Com a finalidade de assessorar o presidente da República na condução da política de governança da administração pública federal, foi instituído o Comitê Interministerial de Governança (CIG), composto pelos seguintes membros titulares:

A Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Ministro de Estado da Saúde, e Ministro de Estado da Infraestrutura.

B Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Ministro de Estado da Economia, e Ministro de Estado da Controladoria Geral da União.

C Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Ministro de Estado das Relações Exteriores, e Ministro de Estado da Infraestrutura.

D Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Ministro de Estado de Minas e Energia, e Ministro de Estado da Infraestrutura.

E Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União, Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, e Ministro de Estado da Economia.

Gabarito: B

Comentário: Art. 8º-A. O CIG é composto pelos seguintes membros titulares:

I - Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, que o coordenará;

II - Ministro de Estado da Economia; e

III - Ministro de Estado da Controlaria-Geral da União.

Bibliografia

BRASIL. Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017. Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 de novembro de 2017.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Brasília, DF: Imprensa Oficial, 1995.

MATIAS-PEREIRA, José. Administração Pública, 5ª edição: Grupo GEN, 2018. E-book. ISBN 9788597016093. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597016093/>. Acesso em: 17 ago. 2023.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Referencial básico de governança aplicável a organizações públicas e outros entes jurisdicionados ao TCU. 3. ed. Brasília: TCU, Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado, 2020.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública. 2. ed. Brasília: TCU, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2014.

Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Código das melhores práticas de governança corporativa. 5.ed. São Paulo, SP: IBGC, 2015.

Concurso Público Nacional Unificado 2024

www.igepp.com.br

VIEIRA, James Batista; BARRETO, Rodrigo Tavares de Souza. Governança, gestão de riscos e integridade. Brasília: Enap, 2019. 240 p.

MATIAS-PEREIRA, José. Governança no Setor Público: Grupo GEN, 2010. E-book. ISBN 9788597015997. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597015997/>. Acesso em: 17 ago. 2023.

BRASIL. CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Guia da política de governança pública. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2018.